

Notas sobre a questão da inferência

Maria Beatriz Gobby Bandini

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Campinas - 1991

Orientador: Sirio Possenti

Este exemplar é a redação final da tese defendida por

Maria Beatriz
Gobby Bandini

e aprovada pela Comissão Julgadora em

16 / 08 / 91.

Sirio Possenti
Prof. Dr. Sirio Possenti
orient

B222n

14500/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Para o Fernando

Devo agradecimentos a Sírrio Possentisem cujo apoio, incentivo e discordância,este trabalho não teria se realizado. Ao Banda, pela paciência, companheirismo, estímulo e comentários. Agradeço também ao Conselho Nacional de Pesquisa e à CAPES.

Não me importa a palavra, esta corriqueira.
Quero é o esplêndido caos de onde emerge a sintaxe,
os sítios escuros onde nasce o "de", o "aliás",
o "o", o "porém" e o "que", esta incompreensível
muleta que me apóia.
Quem entender a linguagem entende Deus
cujo Filho é Verbo. Morre quem entender.
A palavra é disfarce de uma coisa mais grave, surda-
[muda,
foi inventada para ser calada.
Em momentos de graça, infrequentíssimos,
se poderá apanhá-la: peixe vivo com a mão.
Puro susto e terror.

(Adélia Prado, Bagagem)

INDICE

Introdução.....	07
PARTE I - <i>Quadro teórico de referência</i>	
Capítulo 01 - Da indeterminação da linguagem.....	10
Capítulo 02 - A inferência do ponto de vista da Lógica.....	15
Capítulo 03 - Grice e as máximas conversacionais.....	20
Capítulo 04 - Entender = resolver um problema.....	29
Capítulo 05 - Compreender = resolver um problema.....	38
Capítulo 06 - Pressuposto e Subentendido.....	43
Capítulo 07 - O modelo das formações imaginárias.....	48
PARTE II - <i>Método e análise</i>	
Capítulo 08 - Negociação: espaço do processo inferencial..	59
Capítulo 09 - A emergência dos sentidos implícitos.....	63
Capítulo 10 - Análise dos dados.....	71
PARTE III - <i>Conclusão</i>	
Capítulo 11 - Notas sobre a questão da inferência.....	128
Bibliografia	136

RESUMO

No discurso, o que é dito de maneira explícita é determinado pela estrutura das frases, enquanto o que não o é provém de manobras que o próprio discurso possibilita. Isto é, o que vem expresso implicitamente se explicaria pela intervenção de mecanismos interpretativos muito particulares a cada enunciação - através de *leis do discurso*, as quais possibilitam a instauração de relações de natureza muito específicas (que envolvem raciocínios, intenções, crenças, reações dos interlocutores). Neste sentido, inferir é mais do que detectar os mecanismos semânticos que estão em jogo na significação de uma frase; é mais do que o preenchimento de lacunas ou o cálculo dedutivo mecânico; é mais do que chegar à interpretação pretendida pelo falante.

A produção de uma inferência se liga intimamente à percepção ou interpretação que o ouvinte dá à fala do locutor, bem como à exigência conversacional que essa estabelece. Além dos fenômenos articulatórios e de expressão e compreensão de palavras e frases, a produção de uma inferência envolve a utilização de recursos alternativos de natureza sintática, processos intermediários epilinguísticos, sistemas semânticos complexos nela envolvidos, o agenciamento de vários fatores que interferem na sua construção - as condições da situação imediata, a imagem recíproca dos interlocutores, o conhecimento partilhado ou não, a negociação e ajustes na interlocução.

Nesta tese uma caracterização do trabalho interpretativo do ouvinte é proposta, em função da análise dos mecanismos interpretativos acionados na produção de uma inferência e através da qual se chega à conclusão de que a inferência é também atribuição de intenção.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da inferência constitui-se numa questão bastante interessante e, por que não dizer, bastante vaga e polêmica.

Tal termo tem sido abordado pela Linguística, Filosofia da Linguagem, Psicologia Cognitiva, Psicanálise, Lógica, e não admira que seja tanto deixado sem definição quanto abordado vagamente, ou, ainda, que definições divirjam e mesmo contradigam-se umas às outras.

O objetivo central desse trabalho é trazer alguma contribuição para a compreensão e explicação do processo inferencial, no interior de um quadro teórico já estabelecido. Procurarei verificar quando e como os participantes de uma conversação inferem um significado; isto é, como e quando o ouvinte vai além do significado que foi veiculado literalmente pelo que foi dito pelo falante.

Para tratar de um tal fenômeno não poderei assumir uma visão de linguagem calcada nos moldes saussurianos e/ou chomskianos, ou mesmo daqueles que reduzem o problema da significação a uma semântica embasada no valor-verdade das expressões, uma vez que interpretar é mais do que simplesmente decodificar ou comparar o que se diz com um estado de coisas. Ou seja, a partir do momento em que se toma a língua não mais como um código destinado à informação, mas como um meio capaz de proporcionar a interação dos indivíduos e de possibilitar aos mesmos constituírem-se como sujeitos, não se pode excluir da língua a atividade do falante. Isto é, não é mais possível ater-se a dicotomias como língua-fala, competência-performance, privilegiando somente um dos pólos dessa dicotomia - como o fizeram Saussure (observando a *langue*) e Chomsky (dedicando-se ao estudo da competência). *Langue* e *parole*, competência e performance, língua e

linguagem não podem ser analisadas separadamente quando se quer saber como falantes compreendem efetivamente discursos realmente produzidos e nos quais têm papel ativo.

Consequentemente, torna-se necessário analisar a linguagem do ponto de vista do seu uso e funcionamento. Tomá-la na sua amplitude contextual e social em que os homens, através dela, atuam sobre os outros homens; na sua amplitude cognitiva, em que os homens, através dela, atuam e interagem sobre o mundo, estruturando a realidade; na sua amplitude subjetiva, em que os homens, através dela, instauram-se como sujeitos.

É, pois, esta concepção de linguagem que se deve ler neste estudo, uma vez que para valer a pena abordar o processo inferencial - além do que já foi tratado pela Lógica, por exemplo -, não se pode tomar a língua como um código destinado à informação, bem como excluir, da situação efetiva de fala, a atividade do sujeito.

Procurarei expor, na primeira parte, em linhas bastante gerais, alguns trabalhos que possibilitaram a reflexão acerca de uma visão mais arrojada de linguagem, alguns estudos relativos aos conteúdos implícitos; na segunda parte, serão analisadas as situações através das quais tentarei mostrar os mecanismos que podem estar em jogo na produção de uma inferência.

PARTE I

Quadro teórico de referência

CAPÍTULO 01

Da indeterminação da linguagem

A tradição filosófico-clássica tomava a linguagem como um instrumento de descrição do mundo: a linguagem servia basicamente para compor um quadro da realidade, devendo, pois, haver uma correlação entre a proposição enunciada e o fato a ela relacionado.

Alguns filósofos da linguagem e alguns linguistas passaram a criticar a pouca abrangência de uma tal concepção e propuseram um estudo mais amplo e minucioso em relação à linguagem: passaram a observar que a linguagem não exercia apenas a função estritamente referencial - de *pintura do mundo* -, mas que sua função principal é a de ser a própria atividade da língua.

Um dos pioneiros dessa abordagem foi J. L. Austin. Contrariando a noção de linguagem como *representação pictográfica do mundo*, descobre um conjunto de sentenças das línguas naturais, cuja enunciação corresponde não apenas a prestar uma informação que possa ter o seu valor-verdade verificado.

Austin (1962) enfatiza que em sentenças do tipo "Eu vos declaro marido e mulher", "Eu prometo vir", etc., o significado das mesmas não pode ser considerado como uma forma de constatar um estado de coisas no mundo; ou seja, não são enunciados *constativos*, *dado que sua significação não equivale a uma descrição, verdadeira ou falsa, de um fato da realidade*. Antes, ela decorre do fato de que a enunciação daqueles enunciados é tomada como uma ação linguística

que se efetiva no exato momento em que se diz o que se diz; isto é, a ação é feita ao se dizer o que se diz e envolve diretamente o interlocutor.

Assim, numa sessão da Câmara dos vereadores, quando o presidente da mesa diz "Declaro aberta a sessão", ele está, nos termos de Austin, efetivamente abrindo a sessão. Portanto, para Austin, dizer é uma forma de agir.

Austin desloca a tradição da semântica clássica e passa do universo de feição lógica do valor de verdade da linguagem para o universo da linguagem como atividade. Ou seja, o deslocamento é feito no sentido de não se tomar como relevante para o significado das sentenças o seu valor de verdade. É a força ilocucional - força que existe em função de lei(s) do discurso, instituída(s) socialmente - que permite ao locutor modificar - ou intentar modificar - o(s) comportamento(s) do seu interlocutor e fazê-lo posicionar-se diante de uma nova (mas não necessariamente inédita) informação. Austin não restringe sua descoberta aos chamados verbos performativos. Alarga-a para um conceito mais amplo: o ato de fala - que chamarei de discurso -, realizado numa situação que confronta interlocutores.

Nessa perspectiva, se se aceita Austin, não se pode aceitar uma noção saussuriana de língua, uma vez que aquela análise mostra que pelo menos em certos casos não se pode descartar a relação entre a ação recíproca dos interlocutores e uma significação intimamente ligada à enunciação e suas leis.

Benveniste (1970) é outro estudioso que questiona a teoria saussuriana, bem como a da semântica clássica. Analisando preferencialmente os mecanismos pelos quais o falante, apropriando-se da língua, transforma-a em discurso, Benveniste elabora uma teoria da enunciação na qual estabelece uma oposição entre uma linguística das formas - que concebe seu objeto como algo estruturado e imputa à linguística a tarefa de descobrir e explicitar as regras internas a essa estrutura - e uma linguística da enunciação que, mesmo

admitindo aquele objeto estruturado, acrescenta-lhe a análise do aparelho formal da enunciação, responsável pela interpretação de aspectos indeterminados do sistema linguístico.

O aparelho formal da enunciação é constituído pelos dêiticos, pelas grandes funções sintáticas (funções do tipo ilocucionais) que contribuem, efetiva e conjuntamente, para a produção do discurso. Ao englobar perguntas, asserções, jussivos, modalidades verbais, expressões como "talvez", "quicá", "acho", como integrantes do aparelho formal da enunciação, passa a admitir que tudo o que se diz vem a ser discurso. O que efetivamente transforma a língua em discurso é a enunciação de um enunciado - por um locutor a um alocutário - marcado por um desses elementos do aparelho formal da enunciação.

Ducrot (1972), opondo-se a uma semântica do enunciado, recusa-se a aceitar a concepção de linguagem enquanto reduzida à comunicação - e, portanto, da língua como código -: "Dizer que as línguas naturais são códigos destinados à transmissão de informação de um indivíduo para o outro é admitir, ao mesmo tempo, que todos os conteúdos expressos por ela são expressos de maneira explícita" (p.05).

Há, para Ducrot, uma variedade de relações inter-humanas que se introduzem entre as relações intersubjetivas, para as quais a língua oferece também o quadro institucional, as regras. Existem esboços de contrato, cuja violação leva à quebra do compromisso entre os participantes da atividade linguística.

É no interior dessa perspectiva que Ducrot enfatiza que a ação linguística estabelece regras contratuais que devem ser respeitadas pelos falantes. Jogar com a linguagem é poder controlar o efeito (de sentido), a partir do momento em que a significação implícita pode, de certa forma, ser colocada sob a responsabilidade do ouvinte: o locutor conta com uma função que cabe ao interlocutor preencher. Tem-se realçado o papel ativo da linguagem. O efeito que

se pretende produzir ao se dizer algo e a intenção que tem alguém em dizer algo implicam-se mutuamente.

É necessário, portanto, ir além de uma concepção que afirma que "uma informação codificada é, para aquele que sabe decifrar o código, uma informação que se dá como tal, que se confessa, que se expõe. O que é dito no código é totalmente dito, ou não é dito de forma nenhuma" (1972:13).

Há, nas diversas situações discursivas, muitas vezes, a necessidade de se ter à disposição modos de expressão implícita que permitem deixar entender sem recorrer à responsabilidade de ter dito (cf. 1972:14).

Acredito que a breve explanação acerca dessas três perspectivas tenha tornado evidentes os motivos pelos quais não me seria conveniente adotar a concepção de língua como um sistema fechado, bem acabado, destinado essencialmente à transmissão de informação. Ou seja, da língua como um sistema construído a partir de um princípio de classificação e armazenado na memória do indivíduo; ou ainda, como um sistema finito de regras e de princípios restritivos que propiciam ao falante a possibilidade de construção, reconhecimento e interpretação do conjunto infinito de frases aceitas em sua língua.

Com isso não estou querendo afirmar que tais modelos linguísticos, no interior de seus pressupostos metodológicos e de seus objetivos, não alcancem sucesso na resolução de um número considerável de questões cientificamente relevantes. O que pretendo enfatizar é que é impossível tomá-los como base teórica exclusiva para fundamentar o estudo dos mecanismos envolvidos no processo inferencial, já que se trata de modelos inseridos num quadro teórico cuja diretriz supõe a regularidade e a normalidade (normativização) dos processos linguísticos.

A produção de uma inferência está muito além da apreensão exclusiva do sentido de uma dada expressão. Ela depende, além de mecanismos linguísticos, de outros fatores como condições de enunciar-

ção, relação entre interlocutores, formações imaginárias, etc.

Portanto, para a produção de uma inferência, o falante não pode ser reduzido a uma voz para que a língua se manifeste (visão estruturalista), ou desaparecer em função de uma faculdade mental inata (visão inatista), ou apenas constatar estados de coisas no mundo (visão da semântica lógica). Ou seja, não há como excluir totalmente dos processos inferenciais as marcas individuais e sociais da linguagem.

CAPÍTULO 02

A inferência do ponto de vista da Lógica

Pode-se dizer que a lógica é, por definição, o estudo da inferência, na medida em que sua preocupação fundamental é criar critérios capazes de distinguir as inferências válidas das não-válidas (cf. Alston, 1973:15).

A análise das inferências, na lógica, relaciona-se intimamente à análise dos enunciados: a validade de uma inferência depende da forma⁽¹⁾ – e não do conteúdo – dos enunciados que compõem as premissas e a conclusão.

Copi (1968) afirma que a inferência é um processo através do qual "se chega a uma proposição, afirmada na base de uma ou mais proposições, aceitas como ponto de partida desse processo" (p.21). E acrescenta que embora ciente do fato de a inferência ser um processo, esse aspecto não é relevante para o lógico, na medida em que o processo de inferir não interessa a ele, mas apenas a verificação das condições de verdade e/ou falsidade das proposições e suas relações lógicas. Isto é, ao lógico não interessam as possíveis manobras mentais que alguém possa fazer para gerar uma inferência; interessa-lhe o resultado inferido.

Os lógicos clássicos consideram as línguas naturais imperfeitas, não-lógicas, impróprias para o raciocínio sistemático. Os elementos presentes na linguagem ordinária, que funcionam para fins pragmáticos da comunicação-interação, são desconsiderados, cedendo

lugar à universalização de uma língua para que se tenha uma linguagem da ciência, exata e não-ambígua, uma vez que a preocupação é com a observação das línguas na sua função veritativa.

Copi (1968:40) explica que as proposições

não são entidades linguísticas como as orações, mas aquilo que pode ser usado como significado das orações. Se os processos reais de pensamento ou raciocínio necessitam ou não de linguagem, isso é um problema a discutir (...) Contudo, o uso da linguagem plica nosso problema. Certos aspectos acidentais ou enganosos da formulação de proposições em linguagem podem dificultar ainda mais a tarefa de investigar as relações lógicas entre elas.

Reconhece na linguagem um instrumento sutil e complicado, com uma enorme variedade de usos. E, em relação a esses usos, elenca três categorias gerais que, por sua vez, atrelam-se a três funções básicas da linguagem: (a) transmitir informações; (b) expressar sentimentos, emoções, ...; (c) provocar (ou impedir) uma ação manifesta. E acrescenta que a essas três funções correspondem, respectivamente, o discurso informativo - usado para descrever o mundo e raciocinar sobre ele; o discurso expressivo - que não pode ser verdadeiro nem falso, e é usado para expressar tanto o sentimento daquele que fala como daquele que ouve; o discurso diretivo - nem verdadeiro nem falso, mas deve ser analisado do ponto de vista de ser razoável ou apropriado e irrazoável ou inapropriado (e não correto ou incorreto) (cf.1968:47).

Copi, reconhecendo a multiplicidade de usos da linguagem, passa a propor uma ordem hierárquica desse uso. Para ele, a função essencial da linguagem é a comunicação: a linguagem tem a função de transmitir informações. Consequentemente, o discurso informativo passa a ser o tipo mais apropriado de discurso para a análise lógica, uma vez que nele é possível verificar a validade ou a não-validade de um argumento - sem a presença incômoda de elementos subjetivos, como seria o caso dos outros dois tipos de discurso.

Numa análise do tipo verificacionista, a atenção está centrada em observar, no uso, o que é analisável deste ponto de vista. Ou seja, na perspectiva da lógica, a preocupação com a verdade ou a falsidade das proposições leva à necessidade de tornar a linguagem unívoca. Não há lugar para a ambiguidade, para os subentendidos, para os malentendidos, para as múltiplas possibilidades de interpretação de um enunciado.

Como fica, então, a análise do processo inferencial no interior da lógica sentencial?

Ela nada mais é do que a extração de uma conclusão a partir de uma ou mais premissas. Quando há mais de uma premissa - silogismo -, diz-se que a inferência é mediata; quando ela é extraída de uma única premissa, diz-se que ela é imediata.

Já no caso em que as inferências expressam-se entimemicamente - uma premissa está subentendida - e, portanto, o raciocínio está incompleto, há que se levar em conta, assim mesmo, a premissa que está suprimida a fim de determinar a validade do raciocínio: um princípio fundamental no fornecimento das premissas suprimidas é que a proposição deve ser tal que os seus ouvintes ou leitores a aceitem como verdadeira (p.208).

Copi afirma que, tanto na linguagem ordinária como na da ciência, a grande maioria das inferências expressa-se entimemicamente. Ora, tem-se aí o reconhecimento do valor retórico da inferência, uma vez que um argumento expresso implicitamente pode vir a ser muito mais poderoso e convincente do que aquele que vem explicitado. No entanto, o teor retórico dos enunciados não é considerado pela lógica - seja ela clássica ou não -, já que tal fato implicaria em lidar com aspectos subjetivos da linguagem - o que não é relevante para o cálculo do valor de verdade.

Assim sendo, não me parece necessário aplicar, para a análise de conversações, esse tipo de abordagem relativa à inferência, visto que existem outros fatores relevantes que envolvem o sentido,

além da validade ou da não-validade da relação entre um conjunto de proposições.

No entanto, o trabalho desenvolvido por Vignaux (1976) parece ser merecedor de uma ressalva. Para o autor, a proposição que aparece como conclusão de um raciocínio discursivo não é sempre a consequência lógica das proposições que foram tomadas como premissas (cf.p.104).

Vignaux ressalta que o que comumente se chama de inferência imediata ignora o meio termo constitutivo de todo raciocínio. Racionar, segundo ele, é elaborar uma ou mais inferências; mas inferir é diferente de fornecer razões para os argumentos.

A diferença entre Vignaux e os lógicos clássicos é que o primeiro passa a observar a inferência como marca de atividade de um sujeito, e amplia o estudo do processo inferencial, na medida em que insere a análise e a observação das condições operatórias dessa atividade:

não é a proposição lógica que é verdadeira, mas sim todas as proposições concretas que ela poderá representar (...). Os objetivos de um raciocínio são independentes, todos sabem, das modalidades de correção de sua forma (2) (...) é uma distinção analógica que diferencia as regras da lógica e as operações próprias à estratégia de um sujeito. Um bom raciocínio é aquele que atinge seu objetivo (p.105)

A inferência, portanto, não está somente vinculada às leis lógicas; sua presença pode ser observada quando da enunciação de uma dada sentença.

Adotarei uma concepção mais ampla do termo inferência, destacando a multiplicidade do uso da linguagem e suas consequências para o processo inferencial, bem como procurarei verificar a pertinência ou a não-pertinência de uma interpretação para um conjunto de condições de produção de um enunciado.

NOTAS:

- (1) Entenda-se por *forma* as espécies de termos que os enunciados contêm e o modo como esses termos estão dispostos no enunciado.
- (2) Essa concepção é diametralmente oposta àquela exposta por Copi (1968), o qual afirma que o lógico só se interessa pela *correção do processo, uma vez completado*; ou seja, o lógico preocupa-se em checar se a *conclusão a que se chegou deriva das premissas usadas ou pressupostas*; ou se as premissas fornecem bases ou boas provas para a conclusão; ou ainda, se a afirmação da verdade das premissas garante a afirmação de que a conclusão também é verdadeira; então, o raciocínio é válido; caso contrário, é incorreto (Copi, 1968:21).

CAPÍTULO 03

Grice e as máximas conversacionais

A natureza e a importância das condições de produção que governam a conversação têm sido alvo constante de estudos. Enfocar essa questão traz à tona a problemática infindável - e, por isso mesmo, instigante - em torno da significação-interpretação.

Grice (1967) enfatiza que nenhuma comunicação - nenhum reconhecimento de intenção - é possível sem uma interação cooperativa e coordenada entre seus participantes. Para que a conversação se efetive, é necessário haver condições (e, aqui, acrescento, *condições de produção*) favoráveis; e para que os diálogos se estabeleçam, os participantes devem seguir um princípio geral de cooperação: *faça sua contribuição conversacional, tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção de intercâmbio conversacional em que você está engajado* (p.86).

Um tal princípio contém um número de máximas que irão particularizar as convenções que os falantes, na conversação, devem - e, normalmente o fazem - obedecer:

- (a) MÁXIMA DA QUANTIDADE: *Faça com que sua contribuição seja tanto mais informativa quanto requerida pela situação de intercâmbio.*
- (b) MÁXIMA DA QUALIDADE: *Não diga o que acredita ser falso e não diga aquilo para que não há provas adequadas.*

(c) MÁXIMA DA RELAÇÃO: *Seja relevante!*

(d) MÁXIMA DO MODO: *Seja breve! Seja organizado! Evite obscuridade de expressão; evite ambiguidade!*

A defesa e explicitação do princípio de cooperação e de suas máximas constitui-se no meio encontrado por Grice para objetivar que a fala é um caso especial ou uma variedade do comportamento intencional, ou racional (1967:88). O princípio de cooperação e as máximas têm a função de condutores da conversação e são subjacentes ao uso efetivo da linguagem.

Kempson (1975) argumenta que o que há de admirável nessas regras é que elas, ao contrário das regras estritamente linguísticas, podem ser - e o são - frequentemente rompidas, violadas:

There are many liars and there are many conversations which change their subject abruptly as someone makes a statement quite irrelevant to what was said before. But these rules may also be deliberately and flagrantly broken, in such a way that the speaker knows and intends that the hearer shall recognize that a maxim has been broken. (p.143)

É, pois, a partir do momento em que percebe que tais máximas podem ser violadas - e, acrescento, nem por isso a conversação deixa de ser comunicativa - que Grice passa a observar a emergência das chamadas implicaturas conversacionais⁽¹⁾ - uma subclasse das implicaturas não convencionais, essencialmente conectadas com traços do discurso - e sua relação com o princípio de cooperação e suas máximas.

Argumenta que, para que uma implicatura conversacional ocorra, é necessário que ela seja deduzida, elaborada; pois, ainda que possa ser intuitivamente compreendida, se a intuição não for preenchida por um argumento, a implicatura (se presente) não contará como implicatura conversacional: será uma implicatura convencional⁽²⁾ (1967:92).

Na elaboração de uma implicatura conversacional estão envolvidos os seguintes elementos:

- (a) o significado convencional das palavras usadas, juntamente com a identidade de quaisquer referentes pertinentes;
- (b) o princípio de cooperação e suas máximas;
- (c) o contexto linguístico e extralinguístico da enunciação;
- (d) outros elementos do conhecimento anterior dos participantes (*background*);
- (e) o fato (ou o fato suposto) de que todos os itens cobertos por (a)-(d) são acessíveis a ambos os participantes e ambos sabem, ou supõem, que isso ocorra. (cf.p.93).

Consequentemente, os sentidos implicitados conversacionalmente não fazem parte da especificação original da força convencional da expressão; não são parte do significado das expressões cujo uso as produz: são, antes, produzidas pela violação de alguma máxima conversacional. E a implicatura conversacional não é veiculada pelo que é dito, mas somente pelo dizer o que é dito, ou expressá-lo desse modo(S).

Um exemplo. João e Maria são amigos há muito tempo; conhecem-se profundamente; partilham pressupostos bastante semelhantes quanto à avaliação da produção teatral. Um dia, após terem assistido a uma péssima produção (na opinião de ambos) de OS SETE GATINHOS - peça do teatrólogo Nelson Rodrigues -, Maria, ao sair do teatro, diz:

- Que *super* produção, não??!!

João olha para a amiga com ar de interrogação, ao que Maria responde com um sorriso. É somente neste momento que ele inter-

preta a fala dela.

Nesta situação de interação, pode-se observar um exemplo no qual se faz presente a ironia. Seguindo os passos de uma possível interpretação pode-se ter: ambos partilham de pressupostos semelhantes acerca da dramaturgia - e, em especial, às montagens das peças de Nelson Rodrigues; João, achando a montagem péssima, pensou que Maria tivesse achado o mesmo. É perfeitamente claro para Maria e também para João, que o que Maria disse ou fez como se tivesse dito é algo em que ela não crê e que João sabe que Maria sabe que isso é óbvio para ele. Assim, a não ser que a enunciação seja inteiramente sem propósito, Maria deve estar tentando comunicar alguma outra proposição que não a que parece estar dizendo. Tal proposição deve ser obviamente relacionada com a que parece estar dizendo, e a proposição mais obviamente relacionada é a contraditória da que ela parece estar dizendo.

A fim de interpretar o enunciado de Maria como não querendo a máxima da qualidade - *não diga aquilo que acredita ser falso* -, João assume que Maria está observando o princípio da cooperação e se ela o está observando, ele deve assumir que Maria está tentando veicular uma informação que está além do significado do que ela disse e que ela sabe que ele pode captar esse algo além. Ou seja, Maria estava justamente querendo mostrar ao amigo o seu cinismo, o seu sarcasmo em relação à montagem da peça e que João deveria interpretar seu enunciado como significando *Nossa! Que produção horrível!*

Kempson (1975) nos fornece um exemplo em que há quebra da máxima da relação:

A polícia chegou e todos engoliram seus cigarros.

Se alguém ouve um tal enunciado e não está ciente da ilegalidade da marijuana (maconha)

"pode pensar que engolir cigarros é um passatempo estúpido, e que isso nada tem a ver com a chegada da polícia. No entanto, se alguém enunciasse tal sentença em 1974, poderia assumir que o ouvinte é capaz de verificar que a segunda sentença é relevante se alguém assume que as pessoas só poderiam engolir seus cigarros quando a polícia entrasse, se tais cigarros fossem ilegais. Desde que as pessoas fumam cigarros ilegais, estão, neste caso, fumando marijuana (e não ópio, cocaína, ou outras drogas" (pp.143-4).

Um outro exemplo de Kempson é:

Você é o creme do meu café.

Nesse exemplo ocorre, segundo a autora, quebra da máxima da qualidade. Kempson afirma que se trata de *falsidade categorial e metáfora*⁽⁴⁾ e acrescenta que as implicaturas de Grice fornecem uma explicação natural de como a metáfora é interpretada – e porque ela comumente envolve suposições não-linguísticas acerca do mundo. Para que tal sentença não seja interpretada como rompendo a máxima da qualidade, o ouvinte deve assumir que o falante está tentando veicular outra coisa que não o sentido literal expresso pela força convencional da sentença. Dado que o creme é algo que não é apenas o acompanhamento natural do café, mas um complemento perfeito, o falante está, talvez, querendo dizer que o ouvinte possui atributos similares. Ele está, portanto, elogiando o ouvinte.

Nestes três exemplos fica claro que os ouvintes tiveram que produzir *inferências* a fim de fazerem da conversação algo comunicativo.

Levinson (1983) afirma que as implicaturas são tipos de *inferências pragmáticas*. A noção de implicatura evidencia como é possível significar algo diferente do que se diz, além de assegurar o preenchimento de seu *gap*⁽⁵⁾. Assim, dado um enunciado, pode-se frequentemente derivar dele um número razoável de inferências.

No entanto, parece que as implicaturas de Grice constituem-se num tipo particular de inferência: elas estariam englobadas naquelas implicaturas que são, na sua grande maioria, pretendidas pelos falantes. Pode-se argumentar que o privilégio de um tal tipo de implicaturas se deva ao fato de que elas seriam evidência para sustentar a obediência ao princípio de cooperação e de suas máximas. Ou seja, é somente fornecendo suposições contrárias às indicações superficiais que as implicaturas aparecem em primeiro plano - e o ouvinte deve ser capaz de captar a intenção do falante.

Mas fica a pergunta: como seriam analisadas, nos moldes de Grice, as implicaturas conversacionais que não emergem da violação de alguma regra, mas que são produzidas pelo ouvinte?

O destaque que dou a Grice se deve ao seu pioneirismo e à tentativa de estabelecer critérios heurísticos claros. A razão do meu interesse nas máximas é que geram inferências que vão além do conteúdo semântico das sentenças enunciadas e, às vezes, têm pouco a ver com ele. E, também, pelo fato de o termo *implicatura conversacional* pretender contrastar com termos como *implicação lógica*, *entailment*, *consequência lógica*, que são termos geralmente utilizados para situar inferências que são derivadas exclusivamente de conteúdos lógicos ou semânticos, isto é, convencionais.

Ao mostrar que, certas vezes, o sentido *entendido* é diferente do convencional e é derivado através das implicaturas, Grice deixa patente que a língua não é um código; ou seja, que nem todos os sentidos *entendidos* equivalem a sentidos *decodificados*.

Para os seus propósitos, o modelo de implicatura que propõe é eficaz. Entretanto, merece uma ressalva o fato de o autor porpor que a observância do princípio de cooperação e das máximas, na conversação, poderia ser uma questão quase-contratual e depois abandonar essa idéia em função da existência de muitos tipos de intercâmbios linguísticos, como discussões e correspondência, que ela não permite explicar (cf.1967:90).

O que Grice privilegia, de certa forma, é um tipo específico de contrato ao abordar as implicaturas conversacionais: "esperar-se que quem se preocupe com os objetivos centrais da conversação-comunicação, interesse-se, dadas as circunstâncias adequadas, em manter conversações proveitosas, tendo em mente que elas são guiadas pelo princípio de cooperação e pelas máximas" (p.91).

Orá, não há porque não atribuir o mesmo estatuto ao termo *quase-contrato* que se atribui a *contrato*. Justamente por referir-se aos acordos tácitos, à violação de máximas, a implicaturas conversacionais, é que está claro o caráter *quase-contratual* da linguagem, da conversação-comunicação. Essa sua preocupação com a natureza da relevância e das circunstâncias que o princípio de cooperação e as máximas exigem, torna evidente que a linguagem não opera como se necessitasse de contratos fixos e efetivos entre os participantes de uma situação comunicativa. Os contratos se estabelecem no interior da relação de interação.

O que parece ser evidente é que, de certa forma, Grice retira o caráter *quase-contratual* da linguagem a fim de poder trabalhar apenas com aquelas implicaturas conversacionais que são pretendidas pelo falante e o ouvinte deve reconhecer mediante observação do princípio de cooperação. E, neste caso, o ouvinte tem o trabalho de reconhecer a intenção do falante.

Sabe-se que existem situações em que o ouvinte não reconhece a intenção do falante; antes, ele *constrói* uma interpretação pensando que a intenção de A é X, quando na verdade é Y. Neste caso, seria a conversação não-comunicativa? Teria ela apenas o caráter informativo?

A linguagem aposta no jogo da construção da significação e, sendo assim, o papel do ouvinte não pode ficar reduzido a um reconhecedor de intenções - ainda que nessa função seja um intérprete ativo. Ele deve ser tomado também como *construtor* de intenções.

NOTAS:

(1) Para a distinção entre implicaturas convencionais - realizadas em função da significação convencional das palavras - e implicaturas conversacionais - realizadas em função da violação de uma das quatro máximas -, veja-se Grice, 1967, in Dascal, 1982, especialmente pp.84-6.

(2) Um exemplo de implicatura convencional:

"Em alguns casos, a significação convencional das palavras usadas determinará o que é implicitado, além de socorrer-nos na determinação do que é dito. Se digo (presunçosamente) *Ele é um inglês; ele é, portanto, um bravo*, certamente comprometo-me, em virtude da significação de minhas palavras, a admitir que o fato de ser bravo é uma consequência de ser inglês. Mas embora tenha dito que ele é inglês e que ele é um bravo não quero dizer que eu tenha dito (no sentido aqui favorecido de *dizer*) que decorre dele ser inglês que ele seja um bravo, ainda que eu tenha certamente indicado, e portanto implicitado, que isto é verdade (...). Assim, algumas implicaturas são convencionais..." (Grice, 1967:85).

(3) E, "um padrão geral para a dedução de uma implicatura conversacional pode ser assim formulado: ele disse que p ; não há razão alguma para supor que ele não esteja observando as máximas ou pelo menos o princípio de cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que ele pense que q ; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que posso ver que a suposição de que ele

pensa que q é necessária; ele não deu qualquer passo para impedir que eu pense que q ; ele tem a intenção de que eu pense, ou pelo menos quer deixar que eu pense que q ; logo, ele *implicitou* que q . (1967:93).

- (4) O mesmo dado é analisado em Grice como exemplo em que a primeira máxima da qualidade é abandonada. Trata-se da utilização da metáfora. "Exemplos como *Você é o açúcar do meu café* contêm, caracteristicamente, falsidade categorial, de modo que a contradição do que o falante fingiu dizer é, estritamente falando, um truismo. Assim, não pode ser ISTO o que um tal falante está tentando comunicar. A suposição mais provável é que o falante está atribuindo a seu ouvinte algum traço ou traços pelos quais o ouvinte se assemelha (mais ou menos) à substância mencionada" (Grice, 1967:96).

- (7) *Gap* significa o *espaço em branco* - numa tradução literal. No caso, a implicatura significa preencher esse espaço em branco que é deixado pelo ouvinte. É nessa lacuna que o ouvinte vai procurar chegar à intenção pretendida pelo falante.

CAPÍTULO 04

Entender = resolver um problema

O que se pretende quando se produz um ato comunicativo?

A resposta mais comum seria *ser entendido*, uma vez que a expectativa do falante é fazer com que o ouvinte conheça e compartilhe do seu estado mental, dos seus sentimentos e emoções.

E quais seriam os mecanismos envolvidos nesse *ser entendido*?

Dascal e Bereinstein (1986), procurando resposta a tal questão, observam os atos comunicativos que envolvem duas pessoas e por meio dos quais uma relação é estabelecida entre elas, através do uso da linguagem, num determinado contexto. Segundo os autores, um tal tipo de relação requer, ou contém, algo de entendimento (*understanding*) entre as pessoas envolvidas. Mas, acrescentam que essa relação pode provocar, também, malentendidos (*misunderstanding*).

Se o falante pretende ser entendido ao enunciar uma dada sentença, num dado contexto, o entendimento do que ele disse vai ficar a cargo do ouvinte. Isto é, o *ser entendido* só vai se efetivar se o ouvinte se sentir no *dever* (*duty*) de entender.

Esse *dever de entender* (*duty to understanding*) assemelha-se à resolução de um problema (*problem-solving*), mesmo quando o ato comunicativo for absolutamente transparente e, essencialmente, quando não o for. No primeiro caso, a tarefa do ouvinte é *'to see through the act, detecting the communicative intention(s) of the agent,*

and assimilating them accordingly (i.e., modifying her mind in accordance with such intention(s))" (1986:01-02). No segundo caso, o ouvinte tem uma *incógnita* a ser descoberta, cujo valor ele se propõe determinar. Neste caso, o entendimento requerido resulta da determinação de um tal valor em conjunto com a interpretação do ato comunicativo.

Esse entender - que é exclusivamente da responsabilidade do ouvinte - não é, portanto, um problema de entender apenas o sentido das palavras do falante (isto é, determinar o *sentence-meaning*); nem tampouco apenas entender aquelas palavras em sua referência específica no contexto do enunciado (isto é, determinar o *utterance-meaning*). Entender é, antes, chegar à intenção do falante ao enunciar aquelas palavras, naquele contexto: é determinar o *speaker's-meaning*(1).

Assim, o *speaker's-meaning* pode ser veiculado de duas maneiras:

diretamente: quando ele é idêntico ao *utterance-meaning* computado pela regras semântico-pragmáticas da linguagem. Neste caso, a interpretação pragmática não é nada além do endosso do *utterance-meaning*, pelo falante, i.e. sua identificação com o *speaker's-meaning*.

indiretamente: quando difere do *utterance-meaning*. A interpretação, neste caso, consiste em encontrar - através de pistas no contexto e tendo o *utterance-meaning* como ponto de partida - o *speaker's-meaning*.

Para que o ouvinte cumpra o seu *dever de entender*, de modo satisfatório, ele deverá estar apto a responder questões como:

- (a) o que ele disse?
- (b) sobre o que ele está falando?

(c) por que ele se preocupou em dizer isso?

(d) por que ele disse isso do modo como disse?

A resposta a essas questões habilitará o ouvinte a se orientar no labirinto (*maze*) da interpretação. Esse labirinto é composto por tijolos da significação (*layers of significance*), que possibilitam ao ouvinte lançar mão tanto da informação linguística quanto da contextual, além da manipulação de vários sistemas de regras - fonológicas, sintáticas, semânticas, pragmáticas - e de fazer valer e respeitar os deveres que regem a conversação em geral.

No entanto, Dascal e Bereinstein ressaltam que a determinação desse *dever de entender* dos participantes de uma relação dialógica não é apenas delimitada por interlocutores e contextos diversos. Ou seja, há casos em que se demanda que se interprete, além do que é dito pelo falante, um conjunto de sinais que não são linguísticos.

Uma primeira sugestão para um tipo certamente diverso de interação - frequentemente conectada com a noção de entender - repousa no fato de que comumente se espera que o outro (*the other*) seja capaz de entender, além das manifestações comunicativas, as manifestações expressivas de alguém: gestos ou postura de conforto ou desconforto, etc.

Assim, no caso de alguém que se sente incomodado, desconfortável, numa sala, em virtude do frio, e dá sinais de desconforto, há duas possibilidades de o outro interpretar: ou ele fecha a janela, ou, caso não decifre, através de sua percepção, o que o primeiro, a reação de não fechar a janela pode ser tomada como uma agressão e, conseqüentemente, gerar um malentendido:

"Presumably, such occurrences are based on the development of expectations grounded on prior experience. The fallible or probabilistic nature of such expectations is often overlooked, leading to the suggestion that some form of obligation for the other to

understand and comply with one's wishes or needs obtains also in such cases, and this constitutes the basis for several kinds of misundrestan ding" (p.06).

Decifrar a intenção do(s) outro(s) requer, nos termos dos autores, uma lógica toda especial, diferente daquela que fixa o *dever de entender* dos atos comunicativos explícitos: "They suggest a different mode of understanding, with a logic of its own" (p.06).

Há ainda uma segunda sugestão na qual a percepção de alterações de níveis de entendimento provoca um modo diferente de entender, que será denominado de *grasping*. O exemplo dado pelos autores diz respeito a um indivíduo (I.B.) que trava uma conversa com um motorista de táxi. Este, ciente do fato de que I.B. é parente de um dentista conhecido seu, pergunta-lhe se ele é também dentista. I.B. diz que é médico e, depois de muita insistência do motorista, diz que é psiquiatra.

A partir deste momento, o motorista passa a contar a história de *um grande amigo* seu que usa haxixe e que afirma que o haxixe melhora seu desempenho sexual e poderia, certamente, trazer bons efeitos para quem dirige. Pergunta a I.B. o que ele pensa, *como médico*, sobre isso.

Neste momento, I.B. tem que tentar calcular qual será o próximo gesto do motorista, i.é., ele tem que *interpretar* (*grasp*) o comportamento do motorista e, para tanto, levanta como hipótese: será ele um traficante à procura de novos clientes?; estará querendo pedir, ao médico - que presumivelmente tem acesso a drogas - que lhe forneça alguma?; ou ainda, estará ele simplesmente buscando ajuda profissional? (cf.p.06).

Há que se acrescentar, no caso em questão, além das quatro questões a que o ouvinte deve estar apto a responder, uma quinta: "por que ele escolheu a mim como interlocutor desse assunto particular?". Pode-se perceber que o que está em jogo nesta situação é a mudança das regras conversacionais. Esperar-se-ia que um bate-papo

entre um passageiro e um motorista de táxi fosse recheado de amenidades - tempo, futebol, etc. No entanto, o(s) desejo(s) do falante-motorista é que parece(m) tê-lo motivado, diante de um psiquiatra, a entabular um tal tipo de conversa; esse parece ser o fator determinante para o motorista ter mudado as regras da conversação, alterando, desse modo, o nível de entendimento requerido. Ou seja, a motivação do motorista parece ter sido o fato de seu passageiro ser um psiquiatra. Para I.B., a corrida de táxi parece ter o caráter de apenas mais uma corrida, na qual o papo seria ameno. No entanto, I.B., em face do direcionamento dado pelo motorista à conversação, se vê obrigado a questionar-se a respeito das intenções do seu interlocutor. Consequentemente, I.B. procura em que nível de entendimento é necessário que ele circule para interpretar a fala do motorista; ele precisa saber quais as regras a serem seguidas para que possa reconhecer a intenção do outro em dizer o que disse, do modo como disse.

Há uma diferença fundamental entre *comprehending* e *grasping*. No primeiro exemplo - aquele de fechar a janela - o interlocutor, não fechando a janela, não reconheceu as regras que estavam governando aquela situação comunicativa; no caso de I.B., o problema está no fato de não fixar quais regras devem ser seguidas. E, consequentemente, a ausência - a omissão - do *grasp* produz tipos de malentendidos diversos, significativamente, daqueles malentendidos provenientes da aplicação incorreta das regras.

Vejamos um exemplo em que ocorre *misgrasping*, "*involving some pathological ingredients*."

A hysterical girl, chatting with a young man, seems to him to indicate, through certain bodily postures and movements (e.g., she crosses her legs, turns her eyes down in a particular way, etc.) that she is conveying erotic signals. The man, on the basis of his reading of such signals, goes on to a more intimate stage of exchange, getting closer, touching her. The girl finds herself involved in a erotic exchange, and since she is not aware of the infantile pleasure

she is deriving from it, she actually increases her seductive conduct, this confirming the young man's assumption about his being at the proper level of understanding. When, finally, on the basis of this correct mistake (since at the unconscious level they understand each other, whereas at the conscious level, they don't), he explicitly invites her to go to bed, she is extremely surprised, and violently rejects the advances ("I'm not this kind of girl!"), to the utter confusion of the young man" (1986:07-08).

Os autores afirmam que "in this case, we might say that what happened is that there was a lack of synchronization between the interlocutors in shifting from one level of understanding to another. (...) a case of what we might call *misgrasping*: he did not grasp that the time and circumstances were not yet ripe to apply such rules. (...) What they did not share was the tacit agreement to actually decode such signals according to their standard meanings, at the precise moment of the exchange" (1986:08).

Existem casos em que podem ocorrer *misunderstanding* e *misgrasping*. Por exemplo,

"in a rally against the Vietnam war, a Black Panther leader denounces Nixon's repression against Blacks. The audience, predominantly white, becomes increasingly impatient, as the speech takes on increasing intensity, reaching its peak when the speaker shouts: *We will kill Richard Nixon!* (the audience protests). *We will kill any motherfucker that stands in the way of our freedom*".

Mascal e Bereinstein afirmam que

"we may say that the alleged misunderstanding (on the part of authorities as well as of the audience) resulted from a failure to grasp that the rules to be applied in decoding the speech had changed to those of Black English, with its specific lexicon (where *kill* does not mean *cause to die*) and rhetorical devices (normal use of hyperbole). But, in addition to that, there was a further *misgrasping*, by the audience and by the speaker, of the amount and nature of protest shared by both, i.e., of how far each was willing to go in their revolutionary fervor: the sha-

re ground for the demonstration was protest against the external Vietnam war, and this did not necessarily cover protest against internal oppression of minorities, specially in the light of the fact that the audience belonged (ethnically) to the oppressing majority" (1986:09).

Ainda que grosseira, uma tal exposição das idéias de Dascal e Bereinstein possibilita-me arriscar uma hipótese. Se *entender*, para os autores, é um termo mais genérico que compreende dois processos que obrigam o ouvinte a ter *diversos deveres de entender*, então, a inferência poderia vir a ser o grande mecanismo que possibilita o entendimento, uma vez que o ouvinte, para extrair uma certa inferência, dadas as circunstâncias, tem ou que seguir as regras que governam a conversação (*comprehending*) ou captar a mudança de nível numa dada situação comunicativa (*grasping*).

Tal hipótese ainda se mantém no nível da pura especulação, mas acredito ser possível eleger a inferência como um processo mais amplo, que tenha como mecanismos a *compreensão* e o *grasping* - e que gere, assim como o entender, *misunderstanding* e *misgrasping*.

Gostaria de fazer uma observação que me parece bastante pertinente quanto ao papel do ouvinte na visão dos autores. Assim como Grice, para quem o ouvinte tem o papel de reconhecer a intenção comunicativa do falante, para Dascal e Bereinstein o mesmo parece ocorrer, porém, de uma maneira mais abrangente.

Grice afirma que quando há malentendidos é porque o ouvinte não captou a intenção comunicativa do falante e, consequentemente, o dizer do falante não se constitui num ato comunicativo. Já para Dascal e Bereinstein, os casos de malentendidos podem ser explicados através da diferença que ambos estabelecem entre *comprehending* e *grasping* e, parece-me, que o ato não deixa de ser comunicativo por ocorrer um malentendido. No entanto, os autores afirmam que entender é determinar o *speaker's-meaning*, o que, assim como em Grice, acarretaria uma concepção de ouvinte como aquele que reconhece a

intenção do falante, mas não *cria*, não *constrói* intenção.

A proposta deste trabalho tem a preocupação de observar não apenas o *speaker's-meaning* como também de verificar o *hearer's-meaning*. Isso porque analisar o *speaker's-meaning* é ater-se somente em determinar a intenção que o falante teve em dizer algo, num dado momento. É, portanto, analisar o processo inferencial do ponto de vista do produtor do discurso; é tomar o ouvinte como aquele que é capaz de alcançar a interpretação comunicativa do falante e não como aquele que pode também atribuir uma intenção ao falante, dadas as circunstâncias, as imagens elaboradas a respeito do outro e do referente, etc.

Observar o processo inferencial também sob a luz do ouvinte enquanto atribuidor de intenção é poder analisar casos em que a interpretação de uma sentença pode estar mais relacionada ao ouvinte, tendo pouca, ou nenhuma, relação com as intenções reais do falante (cf. dados III e XIII, por exemplo). O que quero mostrar é que a não-coincidência entre o *speaker's-meaning* e o *hearer's-meaning* também merece explicação. É mais: evidenciar que, quando o ouvinte atribui uma intenção à fala de alguém, ele pode estar querendo dar uma outra direção discursiva à conversação e não deixando de ser comunicativo - e a resolução de aceitar essa nova direção fica a cargo do outro.

Dascal (1986b:200) afirma que "uma parte significativa do entender tem a ver com o mal-entender". As relações entre o *entendido* e o *malentendido* são bastante íntimas. Não se pode tomá-lo como algo à margem da interpretação; não há razões para tomá-lo como um *entendimento* imperfeito ou desviado; caso contrário, estar-se-á à procura de uma teoria ideal de interpretação.

Em suma, o que quero observar são as significações indiretas que um enunciado pode ou não (intencionalmente) veicular, atendo-me, em especial, às informações não-intencionais sobre o falante e suas crenças, que possam ser inferidas a partir de um enunciado.

NOTA

- (1) é conveniente que se veja a nota elaborada por Dascal e Weizman (1985) em relação ao uso do termo *speaker's-meaning*:

"Three-fold distinction between *sentence-meaning*, *utterance-meaning* and *speaker's-meaning* underlies the discussion (Grice, 1971; Dascal, 1983). We take *utterance-meaning* (Grice's applied timeless meaning of an utterance type) to be the conventional of an utterance as it is used under given circumstances, after the missing, occasion-dependent elements have been supplied, and all the adjustments to the occasion of use have been made. *Speaker's-meaning* (Grice's *utter's-meaning*), on the other hand, is what a given speaker means by uttering a given utterance in that context."

CAPÍTULO 05

Compreender = resolver um problema

Ainda numa linha, digamos, intencionalista encontramos o trabalho de Clark (1978) para quem *compreender* também é tomado como a resolução de um problema (*comprehending as a problem-solving*).

Em *Inferring what is meant*, Clark propõe cumprir duas metas: (a) mostrar quando e como as pessoas inferem um significado e, a partir disso, (b) sugerir alguns caminhos gerais para a formulação de uma teoria mais satisfatória da compreensão.

Distingue entre o significado literal - ou direto - de uma sentença e a interpretação pretendida da mesma, quando enunciada num contexto particular: no sentido usual de compreensão ou entendimento, as pessoas tendem a chegar ao que os falantes "*were meant to understand*", e isso frequentemente as força a produzir inferências - que significarão algo diferente do que veicula o sentido literal (cf.p.297).

Nota-se que, ao contrário de Dascal e Bereinstein (1986), Clark não distingue entre *compreender* e *entender*. A compreensão é tomada como um processo geral e a interpretação vem a ser o resultado desse processo.

Clark refere-se ao conceito de inferência. Mas, o que é inferência? Como se manifesta o processo inferencial?

Para o autor, a compreensão é tida como uma forma de resolver um problema e o ouvinte, querendo chegar à interpretação pre-

tendida pelo falante, vê-se diante de um problema: o que ele quis dizer?

A partir disso, o ouvinte passa a analisar algumas pistas (*cues*) - no contexto físico e linguístico, nas crenças do falante, em todo tipo de conhecimento geral -, a fim de chegar a uma interpretação. Clark ressalta que essas pistas mudam de momento a momento e que não existe um método algorítmico pelo qual os ouvintes podem antecipar todas as combinações possíveis de pistas (pode-se notar que Clark também recusa a concepção da língua como um sistema fechado em si mesmo) (cf.p.297). Consequentemente, o único recurso de que os falantes dispõem é a conexão e a avaliação da evidência e, através de manobras comuns a outros tipos de resolução de problemas, inferem o que o falante quis dizer (*meanit*).

A fim de explicar como as inferências emergem, Clark propõe um esquema de avaliação do processo do compreender:

SOLUÇÃO PARA A INTERPRETAÇÃO PRETENDIDA	
<i>Objetivo:</i>	qual é a interpretação pretendida? a sentença enunciada; o tempo, lugar e circunstâncias do enunciado; as crenças do falante sobre o ouvinte; conhecimento geral.
<i>Condições limites:</i>	vários acordos tácitos entre falante e ouvinte sobre como a linguagem é usada.
<i>Operações mentais:</i>	1. contruir uma interpretação candidata; 2. testar a interpretação candidata; 3. se ela passar em todos os testes, será aceita como o significado pretendido. Caso contrário, começa-se de 1 novamente.

Num tal esquema, as condições limites (*boundary conditions*) têm papel fundamental, uma vez que possibilitam ao ouvinte pensar, aceitar ou rejeitar possíveis interpretações.

Em relação aos acordos tácitos, Clark tece uma crítica a Grice. Afirma que, embora Grice tenha avançado no tocante à interpretação - expondo o princípio de cooperação e suas máximas como fundamentais para se decidir o que falante quis dizer -, por outro lado, há uma vaguidade no que se refere à abordagem dos acordos tácitos. Ou seja, segundo Clark, Grice elaborou um mecanismo que se aplica perfeitamente a uns poucos exemplos muito bem escolhidos e, com base nisso, forneceu apenas um esqueleto da teoria da comunicação (cf.p.299).

Estudando os pedidos indiretos (*indirect requests*), a referência definida (*definite reference*) e as expressões reduzidas (*shorthand expressions*), Clark procura ampliar a questão relativa a quais acordos tácitos podem ser operacionalizados e como podem ser aplicados de acordo com cada situação de conversação⁽¹⁾.

A partir dessa análise o autor chega à conclusão de que o ponto central da compreensão é a *intenção*. Os ouvintes envidam esforços para procurar determinar o que os falantes querem dizer, e esse trabalho é árduo. O significado literal constitui-se apenas numa pista para aquilo que os falantes pretendem veicular com um dado enunciado. Cabe, pois, ao(s) ouvinte(s) a tarefa de combinar(em) essa pista com outras informações e *inferir(em)* a interpretação requerida.

Nesse inferir há dois pontos fundamentais a serem levados em conta:

(a) a compreensão é fundamentalmente um *problem-solving*;

(b) a resolução do problema se dá no interior dos limites de certos acordos tácitos sobre o uso da linguagem.

Em resumo, Clark afirma que os ouvintes valem-se de estratégias heurísticas para resolver os problemas de compreensão, visto que elas se associam aos acordos tácitos e impedem o incômodo raciocínio, passo a passo, que eles pedem (ao contrário de Grice que elucida os passos dedutivos que o ouvinte deve dar). Assim, a compreensão invoca a capacidade de pensar, uma vez que trabalha com o uso de informações variadas e com resolução de problemas.

O que é interessante notar é que Clark embora trabalhe sob uma perspectiva intencionalista, bastante próxima da de Grice e Dascal e Bereinstein, ele não restringe o estudo da inferência apenas para aquelas inferências que os ouvintes julgam que o falante pretendeu veicular. É, pois, esse tipo de inferência que interessa à esse trabalho. Isto é, procurarei trabalhar, além das inferências que são intentadas pelos falantes e reconhecidas pelo ouvinte, com aquelas inferências que se realizam pelo fato de o próprio ouvinte fazê-las de fato - o que é atestado pelo próprio fato linguístico que este produz. Em resumo, o que pretendo abordar é por que o ouvinte atribui um certo significado à fala de alguém.

Já que a intenção desempenha um papel essencial no processo inferencial, é bom ressaltar que nem sempre a intenção de alguém, ao dizer algo, é explicitada. A intenção é, assim como o significado indireto, inferida. E é aí que reside a questão de ela poder não ser inferida pelo ouvinte. Mas pode-se inferir outra. O que está em jogo neste trabalho é justamente verificar qual o procedimento do intérprete, num e noutro caso.

NOTA

(3) Resumidamente, o estudo relativo às três categorias pode ser como se segue:

Pedidos indiretos:

Como todas as outras negociações, os pedidos são feitos em relação a um *background* de acordos tácitos. Os falantes podem *implicar* que estão pedindo alguma coisa meramente sugerindo esse pedido - ao dizer *Esta sopa precisa de sal*, alguém pode valer-se desse enunciado para veicular, indiretamente, que está querendo o sal. Portanto, o que é central para esse método é a noção de que os falantes podem usar uma interpretação para *implicar* outra (cf.p.301), facto que gera uma cadeia de interpretações na busca de um reconhecimento da intenção do falante.

Referência definida

O objetivo de Clark é evidenciar que este processo é verdadeiramente inferencial, que depende de acordos tácitos e que possui consequências fundamentais para a teoria da comunicação. A conclusão a que chega o autor é a de "identificar referentes para *nomi phrases*, o que é - segundo Clark - uma atividade altamente inferencial. Os ouvintes tentam inferir o que está referido e o fazem porque assumem que o falante tem um referente específico em mente e que o falante está certo de que serão capazes de identificá-lo unicamente" (cf.p.313).

Shorthand expressions

A definição de tais expressões é ainda pouco desenvolvida. Em resumo, elas seriam expressões mais reduzidas do que suas expressões parentes - por exemplo, *Três trabalhos de Picasso* = *Três Picassus*,

A interpretação de uma *shorthand expression* está sempre vinculada a uma informação auxiliar: muda-se a informação, altera-se a direção da interpretação.

Para mais detalhes, veja-se Clark, 1978, "*Inferring what is meant*".

CAPÍTULO 06

Pressuposto e subentendido

Ao abordar o fenômeno da inferência - que é fundamentalmente a veiculação ou atribuição de um conteúdo implícito -, não poderia deixar à margem o trabalho desenvolvido por Ducrot.

Ducrot (1972) afirma que se se toma a língua como um código - como um conjunto de sinais perceptíveis que *permitem chamar a atenção de outrem para certos fatos que ele não poderia perceber diretamente* (cf.p.10) -, ela fica reduzida a um mecanismo que estabelece um tipo muito particular de relação entre os interlocutores: comunicar; fazer saber; informar.

Recusando-se a aceitar o ato de informar como o ato linguístico fundamental, Ducrot enfatiza que há uma multiplicidade de relações inter-humanas que se agregam às relações intersubjetivas, para as quais a língua fornece, também, o *quadro institucional*, as *regras*, e enfatiza que existem *esboços* de contrato, cuja violação levaria ao rompimento do compromisso estabelecido entre os participantes da atividade discursiva.

Num primeiro momento de seu estudo a respeito dos conteúdos implícitos, a ação linguística surge como decorrente das *regras contratuais* que devem ser acionadas e respeitadas pelos falantes. Isso ocorre pelo fato de que poder jogar com a linguagem é poder controlar o efeito de sentido produzido pelo locutor - a partir do

momento em que a significação implícita pode ser posta, de certa forma, sob a responsabilidade do ouvinte.

Assumindo uma tal perspectiva, Ducrot deixa transparecer a necessidade de tomar a atividade subjetiva e contratual da linguagem como atividade fundamental: a linguagem desempenha um papel especial, visto que o locutor, através dela, atribui ao interlocutor a função de preencher, de completar a sua (do locutor) fala. E é nessa relação intersubjetiva que a intenção do locutor e o efeito de sentido - que o falante pretende evocar no seu interlocutor - implicam-se mutuamente.

É no interior dessa concepção que se inserem as noções de *subentendido* e *pressuposição*, já que se trata de dois efeitos de sentido que vão incumbir o interlocutor de extrair, da e na atividade linguística, as conclusões X ou Y.

A intenção de Ducrot é mostrar quão interessante é descrever um desses efeitos de sentido a partir do componente linguístico, enquanto o outro requer a intervenção direta do componente retórico (que prevê a significação efetiva de um enunciado, num dado contexto, enquanto o componente linguístico proporciona ao enunciado - independente do seu contexto - uma dada significação).

Partindo da especificação desses dois termos, Ducrot propõe a seguinte distinção:

SUBENTENDIDO	PRESSUPOSTO
- exige a intervenção do componente retórico;	- descrito a partir do componente linguístico.
- não resiste aos testes de negação, interrogação e encadeamento;	- resiste aos testes de negação, interrogação e encadeamento;
- para um enunciado com subentendido existe um <i>sentido literal</i> do qual os subentendidos são retirados. Mas eles <i>parecem</i> ter sido acrescentados ao mesmo tempo em que são ditos.	- pertence ao sentido literal;
- deixa a responsabilidade de <i>fer dito</i> para o interlocutor;	- não há como se isentar da responsabilidade de <i>fer dito</i> ;
- leva em conta as condições da enunciação.	- não leva em conta as condições da enunciação.

Ducrot estabelece ainda, dentro da noção de subentendido, a distinção entre *implícito do enunciado* e *implícito da enunciação*. O primeiro fundamenta-se na organização interna do enunciado e constitui-se, segundo Ducrot, num *procedimento banal* que instrumentaliza o locutor a veicular acontecimentos que não pretende assinalar explicitamente (por exemplo, se falo que o tempo está bom, pode ser que eu esteja querendo dar a entender que vou sair). Um tal tipo de implícito traz uma das *proposições* entimemicamente expressa. Em "Fulano veio me ver; logo ele tem problemas" pode ser que o locutor a tenha usado para dar a entender que a pessoa em questão não poderia vir senão por interesse. Neste caso, o enunciado *X*, *logo Y* destina-se a fazer emergir uma terceira proposição *Z* (cf. 1972:15).

Por outro lado, o *implícito da enunciação* fundamenta-se nas condições de enunciação: o enunciado é usado num momento determinado, em circunstâncias específicas: "Ele me disse *X*; ora não se

diz X a não ver se Y; *logo* ele quis dizer Y".

Assim, qualquer que seja o esquema usado, o implícito emerge sempre ao término de uma *démarche* discursiva, operada pelo ouvinte - ou que lhe é atribuída (cf.1972:15ss).

Em função desta caracterização dos implícitos, pode-se observar, em linhas bastante gerais, que a pressuposição não está vinculada a uma atividade individual dos falantes, mas encontra-se inscrita na própria língua, e não tem nenhum caráter discursivo: "Para apreendê-la não é necessária nenhuma *démarche* lógica ou psicológica (...) (1972:32). O subentendido, por sua vez, é tomado exclusivamente como uma atividade individual do interlocutor sobre as circunstâncias da enunciação, e deve emergir, através da descrição semântica - ao final de um processo totalmente diverso daquele da pressuposição -, a qual leva em conta, simultaneamente, o sentido do enunciado e suas condições de ocorrências, e que possa explicar as leis lógicas e psicológicas gerais que envolvem tais efeitos (cf.1984:25). Em resumo, nessa primeira análise, a pressuposição é caracterizada como um mecanismo de língua, enquanto o subentendido é tomado como um ato de fala.

Porém, num outro momento, Ducrot (1984) faz um reexame de sua distinção inicial e sugere um deslocamento da oposição pressuposto/subentendido, enfatizando que é preciso admitir que a pressuposição pode, além de aparecer no próprio enunciado, emergir sob a forma de subentendido.

Amplia-se, portanto, a noção de pressuposição. Assim como os subentendidos, as pressuposições podem decorrer das condições da enunciação, e não são mais apenas previstas na significação da frase que as comporta.

Nessa nova concepção, a distinção fica assim representada:

SUBENTENDIDO	PRESSUPOSTO
- o que se subentende é um ato;	- a pressuposição é um ato;
- o subentendido refere-se à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo interlocutor;	- é parte integrante do sentido dos enunciados;
- é a maneira pela qual esse sentido é manifesto; o processo ao fim do qual deve-se descobrir a imagem que alguém pretende dar de sua fala;	- é elemento do sentido; uma espécie de retrato da enunciação;

Em linhas gerais, a noção de pressuposto passa a ter um estatuto bastante amplo, já que passa a ser tomado como um ato ilocutório. Pode ser que a pressuposição apareça marcada no enunciado, mas é bem provável a ocorrência de sua interpretação fundada nas condições de enunciação. O pressuposto não é apresentado como aquilo que se quer dizer; isto é, embora seja resultado da escolha do locutor, e seja necessariamente confessado e reconhecido, a sua escolha não é anunciada, não é dada como objetivo da comunicação. Por sua vez, os subentendidos se prestam a determinar os efeitos de sentido que emergem quando de uma interpretação que leve em conta as razões da enunciação - "por que o locutor disse isso?" - e considere tais razões de falar como partes integrantes do que foi dito.

O que até então foi exposto sobre o trabalho de Ducrot satisfaz suficientemente meus propósitos neste trabalho.

Já que os conteúdos implícitos - expressos pelos mecanismos da pressuposição e do subentendido - exigem do ouvinte um certo tipo de raciocínio, uma certa obediência às leis que regem o discurso - os esboços de acordos, por exemplo - não seria possível classificá-los como subtipos de um processo mais amplo e geral como a in-

ferência? Ou seja, não seriam semelhantes os procedimentos utilizados tanto na pressuposição e subentendido como no processo inferencial?

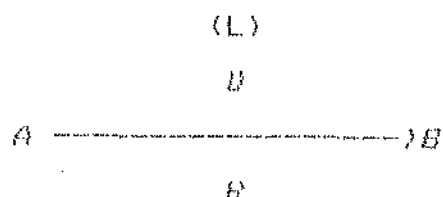
Esta é uma das questões que proponho tentar responder no decorrer desse trabalho.

CAPÍTULO 07

O modelo das formações imaginárias

Em princípio, pode parecer que o trabalho elaborado por Pêcheux (1969) estivesse fora de lugar num estudo relativo ao processo inferencial. O destaque que concedo a Pêcheux deve-se, fundamentalmente, ao fato de que foi ele quem primeiro abordou o conjunto de formações imaginárias, através do qual os falantes representam a si, ao outro e ao objeto referido. Tal abordagem altera consideravelmente o quadro da Teoria da Comunicação, já que se passa a observar a relação entre os locutores e as condições de produção de um discurso às quais estão submetidos esses locutores. Ou seja, a partir deste novo enfoque passa-se a considerar a relação que se dá entre os participantes de uma conversação, através de uma sequência verbal, como não exclusivamente informativa. A informação passa a ser vista apenas como um dos efeitos de sentido possíveis. O jogo discursivo produz, além do *efeito de sentido*, um efeito de intersubjetividade, que é crucial para o estudo da interpretação.

Contrário ao esquema *S-O-R*, embasada em pressupostos behavioristas, que excluem as ações possíveis, os acordos que os indivíduos estabelecem entre si, Pêcheux opta por um esquema que põe em cena os protagonistas do discurso bem como seu referente (1969:81). Elege como um caminho possível de ser seguido o esquema proposto por Jakobson (1963):



sendo:

- $\hat{A}$: o *destinador*,
- $\hat{B}$: o *destinatário*,
- $\hat{R}$: o *referente*,
- (L) : o código linguístico comum a $\hat{A}$ e $\hat{B}$,
- --- : o *contacto* estabelecido entre $\hat{A}$ e $\hat{B}$,
- U : a sequência verbal emitida por $\hat{A}$ em direção a $\hat{B}$.

Elabora algumas alterações no esquema original como trocar *mensagem* por *discurso*, uma vez que o sentido do primeiro ficaria restrito à transmissão de informação. A escolha do termo *discurso* se deve ao fato de que *não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um efeito de sentidos entre os pontos A e B* (1969:82).

Esses pontos vão representar lugares determinados na estrutura de uma formação social, *lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos* (cf. p.82), como os lugares do patrão e do empregado no âmbito da produção econômica, por exemplo. E, segundo o autor, esses lugares são *representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo*.

Para tentar provar sua hipótese, Pêcheux elabora o seguinte esquema:

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A (A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	$I_A (B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B	$I_B (B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
	$I_B (A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

Assim como o quadro acima evidencia a relação íntima entre a posição dos protagonistas do discurso e as condições de produção do mesmo, o *referente* - que é tomado aqui como o *contexto*, a *situação* - também pertence igualmente às condições de produção:

	Expressões que designam as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(R)$	"Ponto de vista" de A sobre R	"De que lhe falo assim?"
B	$I_B(R)$	"Ponto de vista" de B sobre R	"De que ele me fala assim?"

A vantagem de um tal esquema, assinala Pêcheux, é que com ele é possível englobar, além do efeito de sentido, uma relação de intersubjetividade entre os interlocutores.

No entanto, para o objetivo do presente trabalho, esse esquema, do modo como está formulado, apresenta-se bastante restrito.

Pelo fato de Pêcheux extrair este quadro de uma certa sociologia⁽¹⁾, o discurso acaba sendo caracterizado, pura e simplesmente, como resultante das relações de papéis sociais determinados: destinador e destinatário são tomados como representantes de um lugar (social) em uma determinada formação social (cf. Osakabe, 1975:50).

Admito que o elemento sociológico - que para Pêcheux está subsumido numa noção de ideologia - contribui, e muito, na explicação do processo discursivo, mas não se constitui no elemento único da formação imaginária.

Se tomado como elemento único, o discurso será vislumbrado apenas do ponto de vista de um produtor, que ocupa somente uma função discursiva. Se se amplia um tal esquema, pode-se inserir nele o ponto de vista de um *sujeito-autor* do discurso, o qual possui capacidade e habilidade de ir alterando esse papel à medida que são meros institucionais as funções desempenhadas pelos falantes.

Não restringirei os dados apenas aos diálogos relativos a discursos políticos ou referentes a situações em que os papéis são *socialmente* marcados. O que proponho fazer é uma expansão do alcance do conceito de imagens, com a finalidade de englobar desde esquemas altamente institucionais até casos em que o conjunto de imagens construído seja do nível mais individual⁽²⁾. Ou seja, pretendo observar o conjunto de formações imaginárias também quando se tratar de diálogos em que as suposições (representações) digam respeito a aspectos do cotidiano de pessoas que, por exemplo, vivem juntas - colegas, marido-mulher, irmãos, pai-mãe, etc. -, e não só as relações do tipo patrão-empregado, político-público, uma vez que muitas

conversações não são do tipo convencional, como propõe Pêcheux, mas nem por isso dispensam as imagens mútuas. Em resumo, pretendo utilizar da proposta de Pêcheux até mesmo quando se tratar de aspectos idiossincráticos, desde que relevantes para os participantes do discurso.

A necessidade dessa expansão fica evidente se se pensa que essas relações têm como característica um papel social mais diluído, e que são estabelecidas com base no fato de que as pessoas dividem, por assim dizer, o mesmo destino; nestas relações, tais representações, mesmo se relativas a idiossincrasias podem ser relevantes para a atividade linguística, na medida em que podem ser critérios para dizer ou não e entender de uma ou de outra maneira. Nestes casos, o aspecto institucional da relação - que não deixa de ser relevante - pode, em certas circunstâncias, dar lugar a outros critérios.

Além dos papéis socialmente marcados, há outros elementos que interferem e criam condições de produção diversa daquelas criadas pelas situações estritamente marcadas (cf. dado V)). Há fatores que excedem as relações de força e as relações de sentido próprias a uma estrutura social dada, e que dizem respeito ao sujeito não apenas como sujeito sociológico, cujo discurso é representativo da relação entre sua situação (socioeconômica) e sua posição (ideológica) na estrutura (cf. 1969:150). Isto é, fatores que escapam à observação das funções sociais desempenhadas pelo indivíduo (que, deste ponto de vista, é irrelevante para a análise).

Não se pode pensar apenas em observar um sujeito mediante o papel social que lhe é atribuído ou que ele próprio se atribui. O lugar que um indivíduo assume - ou pensa assumir - nem sempre está completamente definido em relação às pessoas com as quais interage.

Espero que a validade de uma tal hipótese venha a se confirmar quando da análise dos dados.

[illegible]

O quadro teórico de referência, exposto anteriormente, baseia-se, de um lado, em teorias compatíveis, em certa medida, entre si (Grice, Dascal e Bereinstein, Clark), de outro, numa teoria semiótica dos conteúdos implícitos (Ducrot) e ainda, numa teoria, que se pode chamar de *sociologia do processo de interpretação* (Pêcheux).

Alguém poderia perguntar sobre o que há em comum entre elas para sejam de certa maneira invocadas para analisar o processo inferencial. Ou, ainda, questionar-se a respeito de como é possível compatibilizar tendências cujos pressupostos teóricos e metodológicos são bastante distintos.

Pode-se perceber que, de certa forma, estas teorias apresentam vários pontos em comum. A começar pela concepção de que a língua não é um sistema fechado; de que a linguagem é indeterminada e que, conseqüentemente, interpretar não é somente decodificar.

Para os autores em questão, o ato de entender envolve *inferência* entre os participantes; envolve a observação das circunstâncias nas quais os enunciados são produzidos (as chamadas condições de produção) e as estratégias utilizadas pelos interlocutores a fim de interpretarem um dado enunciado, numa certa situação.

Entretanto, algumas dessemelhanças são bastante visíveis entre elas, em função do próprio objeto de estudo que elegem. Isso não implica dizer que a utilização de um desses modelos exclui, necessariamente, um outro. Pelo contrário. O que quero mostrar, ao tomar por base teorias distintas em alguns aspectos, é que pelo fato de alguns modelos não serem capazes de dar conta, por si sós, de determinados fenômenos da linguagem, há necessidade de se lançar mão de outros e procurar compatibilizá-los a fim de se chegar a uma análise satisfatória de um certo dado.

Na tentativa de aclarar essa hipótese, observem-se os modelos de Grice e Pêcheux. Nota-se que um dos fatores que os tornam próximos é a incompatibilidade de seus pressupostos teóricos e metodológicos em relação a uma teoria de tipo saussuriana, ou chomskyana-

na, ou mesmo daquelas que reduzem o problema da significação à descoberta das condições de verdade das expressões. O que os diferencia, não necessariamente impede que utilizados conjuntamente, na medida em que se pode torná-los complementares.

Grice, em função de seus pressupostos teóricos e metodológicos, procura observar como e quando os atos de fala são efetivamente comunicativos, atendo-se preferencialmente às estratégias de que se valem os participantes da conversação, a fim de reconhecerem a intenção do falante. Além disso, e aí não tão distante de Pêcheux, Grice preocupa-se em observar as circunstâncias em que determinados enunciados foram emitidos, e essas condições serão a pista, além do material linguístico, para o ouvinte alcançar a interpretação pretendida. Pêcheux, por sua vez, fixa sua atenção sobre as condições de produção de um enunciado e sua relação com a posição social que os interlocutores preenchem na interação. Ele procura observar o jogo do discurso e as estratégias que o governam. Pode-se arriscar dizer que a abordagem de Pêcheux amplia o universo da conversação - que é exposto por Grice; amplia o universo da interação, da atuação dos interlocutores no processo discursivo - na medida em que insere a observação do conjunto de formações imaginárias elaborado pelos falantes no jogo discursivo.

Há, portanto, casos em que o modelo griceano daria conta apenas parcialmente de um certo dado (cf. análise (XI)), sendo necessária a inserção de um segundo modelo para que a análise seja satisfatória. Isto é, há casos em que a detecção de uma implicatura, através de um padrão de dedução, não é suficientemente eficaz para se explicar uma possível emergência de um conteúdo implicitado pelo falante, nem tampouco eficaz para se detectar uma certa intenção do falante ao dizer o que disse.

Há, por outro lado, uma restrição ao modelo elaborado por Pêcheux, uma vez que este apresenta-se circunscrito aos papéis socialmente determinados que assumem os falantes e descarta a possibi-

lidade de observação de relações menos institucionalizadas - do tipo marido-mulher, no seu dia-a-dia, por exemplo - entre os participantes. Tal fato proporciona também a necessidade de se lançar mão de outros modelos e compatibilizá-los com o de Pêcheux para que a análise seja satisfatória (cf. dado (XI) em que se lança mão do conceito de *implícito da enunciação*, de Ducrot).

Como não há nenhum modelo que proporcione análises exaustivas de qualquer tipo de dados, há uma certa utilidade em juntá-los para que se possa explicar e explorar mais satisfatoriamente os mecanismos que podem ser responsáveis pela produção de uma inferência.

Espero que, no decorrer das análises, isso fique bastante claro.

NOTAS

- (1) é bom lembrar que essa visão sociológica está subsumida numa noção de ideologia, e, acrescento, que tenho plena consciência de que o trabalho desenvolvido por Pêcheux tinha como objetivo observar as formações imaginárias no discurso político. Para uma melhor compreensão, veja-se Pêcheux, 1969.
- (2) O que entendo por *institucionalizado* é algo extremamente formalizado. Não que as relações entre marido-mulher, pai-filhos, relações entre irmãos, entre colegas, não sejam institucionalizadas, socialmente marcadas. O que quero enfatizar é que essa institucionalização de papéis apresenta momentos menos formais do que aquelas tratadas por Pêcheux. Por exemplo, mesmo com papéis definidos, marcados, marido e mulher não deixam de produzir ações menos *previstas*, ações que pouco têm a ver com o papel social, com a função social que eles desempenham (entenda-se, uma ação *juridicamente* reconhecida); assim como um político pode ser *menos político* em determinadas ocasiões.

PARTE II

Método e análise

CAPÍTULO 08

Negociação: o espaço do processo inferencial

A linguagem é um processo constitutivo: os recursos expressivos e os esquemas semânticos são constituídos no discurso e no discurso são construídas as referências e as relações factuais (cf. Parte 1, Cap. 02).

Dada essa concepção de linguagem, só é possível tomar como base de sustentação desse trabalho uma noção de discurso calcada numa perspectiva sócio-interacionista da construção do sujeito e de sua linguagem (uma vez que entendemos a linguagem como uma atividade social - de sociedade - que instaura a interação dos indivíduos no e com o mundo).

Osakabe (1979:21) propõe uma possível definição de discurso, baseada em alguns critérios qualitativos.

Do ponto de vista de sua natureza, o discurso caracteriza-se inicialmente por uma maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu; em segundo lugar, o discurso caracteriza-se por uma maior ou menor presença de indicadores de situação; em terceiro lugar tendo em vista sua pragmaticidade, o discurso é necessariamente significativo, na medida em que só se pode conceber sua existência enquanto ligado a um processo pelo qual eu e tu se aproximam pelo significado; e, finalmente; o discurso tem sua semanticidade garantida situacionalmente, isto é, no processo de relação que se estabelece entre suas pessoas (eu/tu) e as pessoas da situação, entre seus indicadores de tempo, lugar, etc. e o tempo, lugar da própria situação.

Adotar uma tal concepção possibilita a observação de fatores que estão envolvidos numa situação de conversação, tais como o jogo dialógico, a elaboração e construção do conjunto de significações, a capacidade de os interlocutores assumirem pontos de vista diversos, e, em particular, a *partilha* e a *negociação* de pressupostos que permitem aos interlocutores assumirem papéis reversíveis e complementares.

O discurso é, pois, interação: uma relação complexa, mais ou menos intensa, que se dá entre os interlocutores e que depende intimamente do conhecimento mútuo acerca dos pressupostos por eles partilhados, bem como do contínuo - e recíproco - ajuste do conjunto de imagens. Estabelecida essa *interação*, busca-se uma *apreensão de sentido*. É pelo discurso que se procura captar as intenções significativas que os interlocutores fornecem; é através dele que são *construídas*, pelo ouvinte, algumas intenções que, embora não sendo aquelas que o falante quis veicular, são tomadas, pelo ouvinte como se fossem as intenções do falante.

É, pois, no interior desse jogo de apreensão de sentido que ocorrem os processos inferenciais, uma vez que tais processos pressupõem a *construção* da significação. Locutor e interlocutor empenham-se num trabalho árduo de construção da significação: os múltiplos fatores (as expressões linguísticas, o conjunto de imagens - que permeiam toda a atividade discursiva -, as relações de reciprocidade) são elaborados e acionados pelos interlocutores a fim de tornarem seus enunciados sequências discursivas significativas.

Como o processo inferencial é basicamente a construção de sentido, a significação construída será sempre aquela que vem implicada por um dos interlocutores. E, como toda significação, a inferência se constrói com base na multiplicidade de fatores contextuais e intersubjetivos, que são partilhados e negociados para que se dê a emergência da mesma. É, pois, a *negociação* que permeará todo o processo de construção de uma inferência.

Assumo um sentido de *negociação* como sendo um processo através do qual os interlocutores procuram afinar, igualar as imagens; um processo através do qual os interlocutores pesam as crenças que possuem em relação aos fatos envolvidos na conversação; um processo através do qual os interlocutores conseguem eficácia dos recursos expressivos de que se valem. Isso não significa dizer que há uma concordância mútua, uma relação de boa vizinhança entre eles. Há casos em que a interação ocorre justamente pelo fato de os interlocutores terem imagens diversas a respeito do referente e procurarem expô-las a fim de produzirem efeitos de sentido com aquilo que dizem.

É nesse espaço que se dão os processos inferenciais que se incorporam, por sua vez, como novos elementos e condições de contexto. Ou seja, os próprios processos inferenciais - e aqui enquadra-se a pressuposição, o subentendido, a implicatura, a implicação - alteram as condições de produção de um discurso.

Desse ponto de vista, o termo *contexto* não pode ser tomado apenas como um espaço físico e geográfico que se dá como variável para o processo de interpretação. Antes, deve ser tomado como um espaço relacional (onde se dão as relações) que se tem no processo de discurso, uma vez que seus aspectos circunstanciais têm que ser observados pela perspectiva que os próprios falantes constroem e pela incorporação específica que os mesmos fazem dessa situação na produção de um dado discurso.

Isso não significa dizer que o contexto de situação constitui-se no fator essencial para a ocorrência de uma inferência. Mesmo porque, se assim o fosse, seria necessária a elaboração de uma longa - e, por que não, interminável - tipologia em relação aos diversos contextos envolvidos nas diversas situações discursivas. Se se opta pela não tipologização, há possibilidade de se verificar os aspectos do funcionamento da linguagem nas múltiplas situações discursivas; caso contrário, a tipologização levaria, a cada nova si-

tuacão, À construção de um *novo método de análise* - já que seria impossível englobar, numa só tipologia, as várias circunstâncias que envolvem uma dada situação discursiva.

É, pois, para poder explicar a ocorrência dos processos inferenciais que optei por uma teoria de linguagem que não seja fechada em si mesma, que não tome a linguagem como um sistema fechado, bem estruturado. Tampouco necessita-se de um método rígido de análise, que vise somente tratar do processo inferencial sob a perspectiva de aspectos sintáticos, ou do ponto de vista do valor verdade das proposições; ou ainda que se fixe num dos pólos de uma dicotomia.

Meus objetivos visam a um trabalho de análise de discursos de origens diversas, no interior da situação em que foram produzidos. E, para tanto, elejo a Análise do Discurso como linha diretiva desse estudo, uma vez que permite a emergência e instauração de novos conceitos; na medida em que acrescenta diversos aspectos do uso da linguagem às diversas teorias linguísticas. Em suma, apesar de tratar de uma disciplina não-uniforme, nem consensual, mas que permite incluir certos ingredientes relevantes de que a Gramática, por exemplo, não trata.

CAPÍTULO 09

A emergência dos sentidos implícitos

O que diferencia os conteúdos implícitos dos conteúdos explícitos? O que suscita a emergência de um conteúdo implícito? Como o ouvinte procede para extrair-lo de um dado enunciado?

Pelo fato de os conteúdos explícitos serem *sempre declarados* pelo falante quando da enunciação de uma sentença, eles são quase que imediatamente apreensíveis, compreensíveis, para o ouvinte. Ao contrário, os conteúdos implícitos vão exigir do ouvinte um trabalho produtivo (= construtivo) e interpretativo para a construção da significação implícita (isso não significa dizer que a apreensão de um conteúdo explicitado seja desprovida de trabalho; o que diferencia a apreensão de um e de outro conteúdo é o tipo de trabalho requerido).

Um enunciado pode comportar mais de uma interpretação, em função da situação discursiva a que estão submetidos os interlocutores. Por exemplo, numa conversação entre três pessoas, (A) pode, *indiretamente*, querer dar um recado a (C) e, para isso, valer-se do recurso de dizer a um terceiro - no caso, (B) - algo que não tenha maiores implicações para ele, mas que para (C) seja bastante significativo. Observe a situação que se segue:

(A) e (B) são irmãs. (B) está visitando (A) e (C) pela primeira vez, na casa nova de (A) e (C). Ao entrarem no quarto do casal,

(B): Nossa! Que colcha bonita!

(A): Ah! Você precisa ver como ela fica muito mais bonita quando a cama está arrumada.

(B): Imagino!!! Se já é bonita dobrada...

No meio da fala de (B), (C) intervém, dirigindo-se a (A):

(C): Pô!! Acabei de levantar e já tá você me mandando arrumar a cama!!!

O que ocorre na situação descrita acima é que (B) vai se fixar apenas no *sentido literal* da fala de (A), enquanto que (C) vai transpor o *sentido literal*, atribuindo um outro sentido ao dito de (A). Ou seja, (B) não levou em conta certas condições de produção desta fala, enquanto que (C) extraiu uma interpretação adicional da fala de (A), a partir das condições em que (A) disse o que disse.

O *sentido literal*, como o define Ducrot (1984), seria um "subcomponente do componente retórico" que "faria todo o trabalho de instanciación referencial e argumentativa" e que produziria um esboço de sentido (cf.p.92). Portanto, o *sentido literal* se constitui no "objeto de um compromisso de o locutor considerá-lo então como parte daquilo que é comunicado"⁽¹⁾.

Toda unidade de conteúdo - explícita ou implícita - possui, direta ou indiretamente, um suporte significante qualquer. É em função desse suporte que os significados são atribuídos, levando-se em conta as regras constitutivas da língua, os significantes textuais e paratextuais. Acrescido a isso, os interlocutores têm um reservatório de informações extra-enunciativas, que seriam informações relativas ao contexto da situação discursiva, ao conjunto de crenças e saberes, ao sistema de representações, de interpretações e avalia-

ções do universo factual (= referente). Numa atividade dialógica, de acordo com a direção discursiva requerida, somente uma pequena parte desse reservatório é acionada para a construção das significações, explícitas ou implícitas, de um enunciado.

Todo discurso assenta-se sobre a base de postulados silenciosos⁽²⁾, que são armazenados para serem compartilhados pelos interlocutores, em função de suas experiências de vida. E, se se quer interpretar um enunciado, há necessidade de reconstituir esses postulados e também de alterá-los de acordo com as exigências da situação discursiva⁽³⁾.

Tais postulados são bastante heterogêneos. Ao invés de serem sustentados pela sequência significativa, tais informações são evocadas do exterior, a fim de possibilitar a interpretação de um enunciado (assim como no exemplo anteriormente analisado). Na cadeia interpretativa está em jogo um sistema de códigos que diferencia claramente dois tipos de informação que contribuem, complementando-se, para a construção da interpretação: as internas (explícitas ou implícitas) e as externas (sempre implícitas).

O processo inferencial realizado por um indivíduo é totalmente permeado por esse trabalho de construção da significação.

Para o estudo do processo inferencial considerarei que um enunciado - como dado, não como elemento de interação - é tanto mais relevante quanto menos informação ele contiver. Isso porque, para a realização de processos inferenciais (lembrando que neles se encontra a pressuposição, o subentendido, a implicatura, a implicação) é necessário que o locutor forneça ao ouvinte um número *reduzido* de informações com a intenção⁽⁴⁾ de levá-lo a enriquecer ou modificar seus conhecimentos ou suas concepções, bem como pode pretender expor algo de forma indireta ao ouvinte. Ou seja, a relevância de um enunciado se mantém em proporção direta ao número de consequências pragmáticas que ele traz ao ouvinte, e é inversamente proporcional à riqueza de informações que contém.

Sperber e Wilson (1986) abordam o princípio da relevância enfatizando que uma informação é relevante numa determinada situação na medida em que fornece contribuição, de alguma forma, em relação às questões que podem ou não afetar os interlocutores naquela situação. Por outro lado, uma informação é irrelevante quando não se mostrar pertinente à situação em que foi enunciada.

Uma vez que a relevância é calculada com base na situação discursiva, uma condição *sine qua non* para que ela se manifeste é aquela de o enunciado causar efeitos contextuais; efeitos esses que se constituem em alterações ocasionadas por informação nova num contexto de informações mais antigas.

A aplicação do princípio de relevância, portanto, vai permitir a elaboração de um grande número de inferências, uma vez que a interpretação de uma sentença requer a identificação da intenção informativa do falante (ou, se se preferir, da informação que o falante procura veicular). É essa tentativa de identificação constitui-se, sempre, num processo inferencial.

Com isso não estou querendo afirmar que haja uma superposição da informatividade sobre a relevância. Mesmo porque (a) um enunciado não-informativo pode ser argumentativamente relevante e (b) um enunciado informativo pode ser julgado não-pertinente se for considerado como desprovido de todo e qualquer interesse por parte do ouvinte.

O que é preciso enfatizar é que há, entretanto, um domínio das regras de relevância em relação às da informatividade, pois é em função da relevância ou não de um enunciado - e não pelo seu grau de informatividade - que se mede a legitimidade discursiva de uma sequência qualquer.

No processo inferencial, o ouvinte tem a tarefa de construir a inferência que melhor se adapte (que faça mais sentido) ao tema discursivo. Ou seja, uma inferência que se adapte melhor ao contexto conversacional. Observe o exemplo abaixo(5):

Um casal conversa no jardim de sua casa, num domingo à tarde. De repente, a mulher vira-se para o marido e diz:

(M): Você viu como o jardim do José tá bonito?

(1) (H): Ah!, eu vi sim. O José tem ótima mão pra jardinagem. Eu vou pegar outra cerveja. Você quer?

ou

(2) (H): Ah!, Zefa. Hoje é domingo. Até Deus descansou no sétimo dia!

O exemplo permite trabalhar com duas respostas possíveis para a fala de (M). Tomando-se (1), vê-se que (H) considerou o enunciado de (M) apenas como informativo, mas não relevante (*comunicativo*, nos termos de Sperber e Wilson); ou pode-se dizer, nos termos de Ducrot, que (H) não observou nada de retórico no enunciado de (M). Por outro lado, em (2), (H) toma o enunciado de (M) como relevante, além de informativo.

O que é necessário levar em conta é que a intenção (*comunicativa*) de (M) pode ser a de tentar levar o marido a arrumar o jardim da casa. Se (H) toma essa fala apenas como uma observação a respeito do estado de conservação do jardim do vizinho - o que fica evidente com o decorrer da conversa⁽⁶⁾ - ele poderá enunciar algo do tipo (1). Entretanto, se (H) reconhece a intenção de (M), a direção discursiva pretendida pela esposa é seguida - em outras palavras, o recado foi dado.

É possível, portanto, num primeiro momento, considerar que os processos inferenciais são resultantes da aplicação de uma regra interpretativa baseada no princípio da relevância. No entanto, nem sempre o falante tem a intenção de levar o ouvinte a produzir uma inferência. Como explicar que um enunciado tenha sido mais relevante para o ouvinte do que para o falante? Como explicar o surgimento daquelas inferências que não são pretendidas pelos falantes? Seria o

princípio da relevância suficientemente eficaz para dar conta de um exemplo como o que se segue?

No primeiro dia de trabalho, a empregada quebra a tomada do aspirador de pó. O filho da dona da casa diz:

(M): Eu já falei que não é pra puxar o fio da tomada!

A irmã, numa atitude conciliatória, para magoar a empregada, retruca, ao ver o irmão tentando consertar o aparelho:

(I): Marcelo, é melhor não mexer. Ele já veio com defeito de fábrica. Deixa que eu levo na assistência técnica.

(M): Merda! Eu já falei que eu não sirvo pra nada nessa casa! Droga!

Nesse exemplo, supõe-se que a intenção de (I) é a de procurar contornar a situação para evitar uma situação constrangedora para a empregada. O que parece relevante para (I) é enfatizar que o aparelho já tinha vindo com defeito da fábrica, buscando, com isso, minimizar a culpa da empregada. Entretanto, o que (M) tomou como relevante foi o *não mexer*. (M) acabou atribuindo uma intenção à fala de (I): *não mexa porque você não é capaz de consertar*. É bom ressaltar que (M) é filho adotivo - e sabe disso - e, talvez, esse tenha sido o fator que favorece a interpretação dada à fala de (I).

Portanto, parece que o princípio da relevância também é aplicável àquelas inferências que emergem a partir do próprio ouvinte, uma vez que os indivíduos engajam-se no processamento de informações quando estas lhe soam relevantes. Ao processarem essas informações, procuram retirar o máximo de relevância, i. é, conseguir extrair de cada *novo* item da informação a maior quantidade de efeitos contextuais possíveis com o menor esforço de processamento possível.

NOTAS

- (1) Uma ressalva cabe bem aqui. Ducrot nos diz que é bom que tal formulação seja relativizada, já que um enunciado pode ter mais de uma interpretação. O que se deve ter em mente é que ao interpretar um enunciado, "atribui-se ao enunciador a intenção de se apresentar como realizando atos constitutivos do sentido literal. Quanto aos outros atos que se considera pertencentes ao sentido literal, quer dizer, à descrição semântica da enunciação constituída pelo enunciado, é necessário dizer que eles se acrescentam aos primeiros sem os anular" (cf. Ducrot, 1984a:93).
- (2) Esses postulados silenciosos fazem parte do *quase-acordo* entre os sujeitos envolvidos na situação discursiva. Seriam aquilo que Grice denomina de *acordos tácitos*.
- (3) Ou seja, a reconstituição desses postulados é acionada de diversas maneiras em função da situação dialógica: de acordo com as necessidades exigidas pela situação discursiva, um mesmo postulado pode ser acionado de várias formas, resultando interpretações diversas umas das outras.
- (4) "O estudo de diálogos efetivos mostra que o encadeamento de réplicas se funda, geralmente, menos sobre o que foi dito pelo locutor do que sobre as intenções que, segundo o destinatário, teriam levado o locutor a dizer o que disse. (...) Se se admite que essas intenções fazem parte do sentido, tem-se uma razão a mais - considerando-se que a determinação depende das circuns-

ências da fala - para admitir que o sentido não se deduz diretamente das significações." (Ducrot, 1984a:91).

(5) Adaptação de um exemplo de Ducrot, exibido em aula de Semântica I, no curso de graduação.

(6) Não estou considerando, para o referido exemplo, a possibilidade de (H) ter-se feito de desentendido. Se assim o fosse, ficaria evidente que a intenção de (M) foi detectada, mas não levada em conta, propositadamente.

Tal fato só irá interessar quando da análise dos dados, no capítulo 10.

CAPÍTULO 10

Análise dos dados

Para toda enunciação há uma multiplicidade de valores semânticos. Porém, tal fato não implica em que todo e qualquer valor seja possível de ser aceito. O falante, sendo capaz de interpretar as várias enunciações de que ele é autor ou testemunha, deve ser capaz — e o é — de compreender como e por que uma interpretação é possível e determinada outra não o é.

É extremamente difícil, numa situação cotidiana de fala, dar-se conta, conscientemente, de quais mecanismos são acionados para se chegar a uma interpretação X ou Y de uma enunciação ou atribuir uma significação, não pretendida, à fala de outrem.

Ducrot (1973) enfatiza que a fala pode comportar diversos morfemas, expressões ou *tourneures* (formas) que, além do conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, levando o destinatário a uma ou outra direção. É bom ressaltar que a intenção linguística dos falantes, aliada a essas formas de expressões, vai orientar também a progressão discursiva.

A inferência não é um processo que se dá por exclusividade de um mecanismo puramente linguístico, nem tampouco extralinguístico. São as condições de enunciação as responsáveis pela atuação de um ou outro mecanismo. Levando-se em conta que a apreensão das marcas não é automática e a interpretação dos seus significados não é mecânica, o objetivo do pesquisador será o fator determinante para o que

será privilegiado no material escolhido para a análise.

O objetivo desse trabalho é o de explicitar - na medida do possível - os modos ou meios que levam o ouvinte a produzir inferências a partir de um enunciado emitido, num dado momento, em circunstâncias específicas de enunciação. E, dado que há uma diversidade significativa dessas condições, diferentes marcas se evidenciarão na análise. Ou seja, uma marca linguística não é exclusiva de um único tipo de discurso, podendo repetir-se nas mais diversas situações de linguagem. No entanto, um certo funcionamento dessa marca será exclusivo de certas condições de produção. Uma mesma marca só apresentará o mesmo funcionamento, em situações diferentes, se as condições de produção forem semelhantes (ou se assim o permitirem).

Para a análise a ser desenvolvida, foram selecionadas vinte e três situações, retiradas do discurso cotidiano, que permitissem uma amostragem significativa do corpus elaborado. Trata-se de situações extraídas de entrevistas - escritas e gravadas -, situações familiares, piadas - escritas ou ouvidas.

Procurou-se selecionar e agrupar as análises em função da proximidade dos mecanismos que podem gerar uma inferência. As situações extraídas de entrevistas, conversas entre amigos, relações familiares, constituem-se no que se denomina *textos abertos* - textos que permitem mais de uma interpretação -, enquanto que os textos de humor foram analisados como sendo *textos fechados* - que permitem uma única leitura - que já está contida no próprio texto.

TEXTOS ABERTOS

- (1) Roberto Cardoso Alves, em entrevista concedida à revista ISTO é:

E₁(P): Quais (as virtudes do presidente Sarney)?

E₂(R): Amenidade, cordialidade, discrição nas assertivas. Eu não. Faço questão de ser um homem extremamente transparente, sincero.

E₃(P): Então... O presidente não é um homem transparente?

E₄(R): Ele é um homem hábil.

E₅(P): Mas não é sincero.

E₆(R): Ele não é assim: "pão-pão; queijo-queijo".

A questão que se coloca aqui é: o que levou (P) a inferir (a partir da fala de (R)) que o então presidente da República não é um homem transparente, nem sincero?

Nos termos de Grice (1967), (R) veiculou uma *implicatura conversacional*. Primeiro, porque a interpretação pretendida por (R) não foi *explicitamente* comunicada; antes, ela pôde ser captada pelo modo como o que foi expresso foi dito. Segundo, parece, à primeira vista, que houve a quebra da máxima da quantidade. E, terceiro, porque existem certos acordos tácitos que devem ser respeitados para que se dê a conversação - no caso, um acordo que parece estar sendo levado em conta é o da ética (ou se se prefere, da polidez) que prevê que não se fale mal, publicamente, de um outro político).

Segundo o autor, os implícitos conversacionalmente não fazem parte da especificação original da força convencional da expressão e, tampouco, fazem parte do significado das expressões cujo

mas as produz. Eles são resultado da violação de alguma das quatro máximas que regem o princípio da conversação (cf. Cap. 03).

De acordo com o padrão geral de dedução de uma implicatura conversacional, o *trabalho* do interlocutor (P) deve ser realizado da seguinte maneira - para que não se tenha violada a máxima da quantidade:

(R) disse que p ("Amenidade, cordialidade..."); não há razão alguma para eu supor que ele não esteja observando as máximas ou, pelo menos, o princípio da cooperação; (R) não poderia estar fazendo isso, a não ser que ele pense que q ("O presidente da República não é um homem transparente, nem sincero" ou "Eu e o presidente temos características diferentes"); (R) sabe - e sabe que eu sei que ele sabe - que posso ver a suposição de que ele pensa que q é necessária; (R) não deu nenhum passo para me impedir de pensar que q; (R) tem a *intenção* de que eu pense ou, pelo menos, quer deixar que eu pense q; logo, ele *implicou* que q." (cf. 1967:73)

Esta seria uma análise tipicamente griceana. Entretanto, suponha-se que não tenha sido aquela a intenção de (R); suponha-se que apesar de a intenção de (R) ser X, (P) tenha pensado Y. Com base em que se explicaria o fato de (P) entender outra coisa? Será que a intenção de (R) é realmente deixar (P) pensar q?

O que quero mostrar é que às vezes se acerta ou se erra com base nos mesmos mecanismos, nos mesmos critérios, e que, portanto, (P) pode ter atribuído uma intenção à fala de (R) que não se relaciona ao conteúdo que (R) pretende veicular. Este é um caso em que parece valer a pena levar em conta o *hearer's-meaning*.

Será, portanto, que todo conteúdo implicado pode ser usualmente produzido segundo esse padrão de dedução elaborado para as implicaturas conversacionais?

Sperber e Wilson (1986) afirmam que o sucesso de um ato comunicativo depende da compreensão, por parte do público, da *intenção informativa* do comunicador; isto é, da apreensão da informação

que o falante deseja partilhar. A partir do ato ostensivo do comunicador, o(s) ouvinte(s) deve(m) realizar, sobre o mesmo, um *trabalho* de inferência, a fim de captar(em) a *intenção comunicativa* e chegar(em) à *intenção informativa* do comunicador.

Logo, para os autores, a *compreensão* de um ato comunicativo é um processo inferencial. É inferencial porque de um estímulo provocado pelo comportamento ostensivo do comunicador - este fornece estímulos exteriores ao ambiente cognitivo do público para que sua intenção cognitiva seja reconhecida -, chega-se a uma *suposição* sobre suas intenções comunicativa e informativa. É também um processo inferencial não-demonstrativo porque as premissas utilizadas no processo de compreensão não são dadas *a priori*, mas construídas no decorrer do processo conversacional.

Essa capacidade de sucesso no processo inferencial não-demonstrativo estaria diretamente ligada à presença de um conjunto de regras dedutivas que torna possível a realização de uma inferência.

A função essencial desse aparato dedutivo é a de possibilitar a *derivação automática* de implicações contextuais relativas a qualquer informação nova num contexto de informações antigas.

Segundo os autores, as regras dedutivas podem ser de dois tipos: analíticas e sintéticas. Enquanto a implicação analítica toma como ponto de partida apenas uma premissa e a *explícita*, a implicação sintética parte de duas premissas e a partir delas sintetiza informações. Por exemplo,

- (a) analíticas: i) Silvério é negro.
ii) Silvério é não-gordo.

- (b) sintéticas: i) Todo jogador brasileiro faz sucesso no exterior.
ii) Toninho Cerezo é jogador brasileiro.
iii) Toninho Cerezo faz sucesso no exterior.

Que as regras dedutivas desempenham papel fundamental no processo de construção de inferências, não há dúvidas. Mas será que o ouvinte sempre faz uso de tais regras para chegar à interpretação pretendida pelo falante? Será que o ouvinte sempre consegue captar a intenção comunicativa e chegar satisfatoriamente, segundo o ponto de vista do falante, à intenção comunicativa do mesmo?

Se essa é a função de tais regras, deve-se ter em mente que a análise de situações cotidianas da fala estará sempre relacionada à detecção do *speaker's-meaning* (cf. Dascal e Bereinstein, Cap. 04), que é fundamentalmente embasado no reconhecimento da intenção do falante. Mas, se o intérprete, fazendo uso de tais regras com a intenção de apreender a intenção do falante, for mal sucedido nesta tarefa, dever-se-á dizer que ele não interpretou de boa fé? Pode ser que não. É possível que ele tenha atribuído ao falante uma intenção que ele não teve, mas que pode ser-lhe legitimamente atribuída com base no que disse. O ouvinte não é somente um descobridor, ele pode ser visto também como um atribuidor de intenções.

O que pretendo mostrar é que nem sempre a utilização das regras dedutivas serve para alcançar uma interpretação pretendida. Elas possibilitam, também, a criação, a construção de interpretações. E, por conseguinte, o ato de entender não se restringe apenas em determinar o *speaker's-meaning*, como afirmam Dascal e Bereinstein (1986). Analisar o processo de interpretação é, também, detectar o *hearer's-meaning*.

Um outro ponto a ser mencionado refere-se ao tratamento dispensado, tanto por Grice como por Dascal e Bereinstein, ao papel do contexto. Grice, na tentativa de observar a forte atuação do contexto na conversação, acaba por generalizar demasiadamente o alcance das máximas e sugere um padrão de dedução para implicaturas conversacionais que vai levar em conta apenas a atuação do contexto. Tudo vai girar ao redor da informação, da quantidade, da relevância e da veracidade do enunciado.

O que parece estar ausente da teoria de Grice é a explicitação do modo conjunto de atuação dos elementos linguísticos e extralinguísticos. Ou seja, falta especificar, nos diversos casos, quais elementos funcionam como *detonadores* de uma dada implicatura conversacional.

Sperber e Wilson, por outro lado, abordam a questão fundamental da inferência como processo não-demonstrativo; mas, ao tratar da questão da relevância, parecem fixar-se na atuação ampla do contexto e deixam à margem a atuação do contexto linguístico de produção.

Alguém poderia objetar que Grice trata dos elementos linguísticos nas implicaturas convencionais. Ora, pode-se observar que o exemplo em questão - (1) - não pode ser considerado como veiculando uma implicatura convencional.

Tanto para Grice quanto para Sperber e Wilson, o contexto parece ser o elemento *suficientemente* capaz de levar o público a captar a intenção comunicativa e informativa do falante. Porém, nenhum deles define o que seria esse contexto e qual a sua capacidade de alcance para o surgimento de uma inferência.

O que gostaria de mostrar é que é que em (1) há um elemento linguístico essencial que faz o papel de detonador da inferência realizada por (P) - além, é claro, do contexto de situação. Talvez se possa dizer que a relevância de $E_p(R)$ está diretamente ligada ao uso da expressão "Eu não".

A fim de mostrar que os falantes veem-se de pistas linguísticas e extralinguísticas, é bom observar a seguinte distinção que fazem Dascal e Weizman (1986). Na tentativa de organizar o campo vago e diversificado do contexto, os autores procuram uma caracterização precisa de dois tipos de informação contextual:

- (a) *extralinguísticas*: chaves contextuais acionadas pelo ouvinte para completar ou interpretar o texto (ou discurso); isto é, são aspectos do conhecimento do mundo de que o destinatário dispõe e

que o falante espera que ele leve em conta;

- (b) *metalinguísticas*: dizem respeito ao conhecimento que o destinatário tem das estruturas e convenções linguísticas.

E, para cada uma dessas chaves, distinguem três níveis de informação: o específico, o médio ou superficial (*shallow*), e o geral (*background*).

A exploração dessas chaves contextuais é requerida quando, em algum sentido, o texto não é transparente - o que é comum ocorrer, uma vez que *transparência* é um caso raro.

Em (I), RCA foi inquirido a expor as virtudes do então presidente Sarney. Sua resposta, no entanto, apresenta-se dividida em duas partes. A primeira, na qual ele, de fato, expõe as virtudes do presidente. A segunda, na qual insere a expressão "Eu não" e passa a elencar as suas próprias qualidades - sem ter sido solicitado a fazê-lo (violação da máxima da quantidade?).

(P) sabe, enquanto jornalista, que (R) e o presidente, embora pertencentes ao mesmo partido político (PMDB) - são, portanto, aparentemente aliados - têm estilos diferentes de atuação política. Neste sentido,* o fato de (R) incluir suas virtudes, em Eg, apenas confirma o que (P) já sabe. Mas lhe dá a chance de continuar perguntando a partir da fala de (R), que permite concluir que ele se acha possuidor de uma sinceridade que Sarney não tem.

Mas, por que (R) não explicita essa diferença de estilos? Por que vale-se de meias palavras?

Talvez para, mais uma vez, fazer vigorar o princípio (dito de ética) segundo o qual um político não fala mal de outro, ainda mais sendo ele o presidente da República. Como (P) sabe disso, interpreta as meias palavras de (R) como "palavras inteiras".

(P) dispõe de várias garantias para levar a conversa na direção vista acima. Além dessas chaves, ele pode utilizar um elemento linguístico que sugere, na fala de (R), a intenção comunicati-

va do mesmo: a expressão "Eu não".

É bastante interessante notar que (R) permeia sua enunciação com elipses, lacunas, o que possibilita ao ouvinte preenchê-la, também em função das representações que ele possa ter de (R) e do(s) referente(s). Ou seja, pode-se dizer que, no caso de E_2 , há um predicado que não é preenchido por (R), e que poderia ser assim esquematizado:

"Eu não _____ .

- | | |
|---|---|
| [| 1) sou ameno, cordial, discreto nas assertivas.
2) tenho as virtudes do presidente (tenho outras). |
|---|---|

(P) sabe que, usualmente, a utilização da partícula negativa *não* serve para realizar uma oposição entre um conteúdo positivo e um negativo. Mas, no caso em questão, há necessidade de saber se a negação atinge toda a frase ou apenas algum(ns) de seus constituintes. Sabendo que (R) tem conduta política diferente de Sarney, (P) *pensa* que (R) está buscando estabelecer uma oposição também em termos das qualidades de ambos - justamente para marcar essa diferença de estilos. Ou seja, (R) estabelece um jogo de oposições entre as suas virtudes e as do presidente.

O interessante a ser notado é que (R), utilizando um ponto de vista pessoal, estabelece uma oposição pouco usual. Elenca, de um lado, aceitando que são virtudes, os predicados *ser ameno*, *ser cordial*, *ser discreto* e *ser hábil* (que atribui ao presidente); de outro lado, atribui a si mesmo os predicados *ser transparente* e *ser sincero*. Supostamente, são virtudes. "e porque as interpreta como tais que (P) se sente autorizado a perguntar (E_3), como se (R) negasse a virtude da transparência a Sarney.

Assim, (R) propõe um jogo de oposições, caracterizado por uma relação de antinomia dos predicados - fato que não se constitui numa oposição geral, mas que é - ou pode ser - sugerida pelo menos para um setor: a vida pública (política).

Detectada essa relação de antinomia, (P) percebe que (R) está negando a Barney, de certa forma, os predicados que se atribui, e que são positivos para um político. Trata-se, nas palavras de Ducrot, de uma *negação descritiva: a afirmação de um conteúdo negativo, sem referência explícita a uma negação antitética* (1973:98)

A negação explicitada pela partícula *não*, acentua, portanto, a opinião de que quem é sincero, transparente, não pode ser - ou não é, segundo a fala do deputado - ameno, cordial, discreto, hábil.

A sequência da conversação pode ser vista como corroboração da hipótese acima mencionada, principalmente quando se observa a ocorrência do *mas*, em E₅.

(P) passa, a partir de E₃, a testar sua interpretação candidata - que ele infere de E₂, e que (R), por sua vez, tenta continuamente evitar, propondo oposições, de forma não explícita, até o fim da conversação.

A análise feita por Ducrot (1973), define o *mas* como "um operador argumentativo. Ao se enunciar a sentença "Ela é bonita, mas é burra", tem-se dois elementos semânticos - p e q - que se coordenam por intermédio do conectivo *mas*, e acrescentam-se a p ("Ela é bonita") e a q ("Ela é burra"), duas idéias distintas:

- (a) que existe uma conclusão r proposta por p e não confirmada por q. Isto é, p e q fornecem orientação opostas em relação a r.
- (b) que a força de q, contrária a r, é maior que a força de p a seu favor, o que faz com que o conjunto p mas q seja orientado no sentido de não-r.

Assim, ao dizer "Mas não é sincero", (P) procura, de certa forma, confirmar sua interpretação candidata ("(R) está criticando, está se opondo a Sarney"), bem como certificando-se do jogo de oposições proposto por (R), já em E₂.

O exercício realizado por (P) poderia ser traduzido por uma enunciação do tipo:

E'₅(P): Ele é um homem hábil, mas não é sincero.

No entanto, não se pode afirmar que o uso do *mas* assinala uma oposição das duas proposições unidas por ele. Ainda que se admita que o *mas* traz para o enunciado determinadas *significações implícitas*, é preciso admitir que tais *significações* não podem ser deduzidas, inferidas ou implicitadas dos próprios enunciados ligados por ele. As relações, nesse caso, são de outro tipo. São relações argumentativas. O que vai determinar o conteúdo de *r* e de *não-r* dos enunciados com *mas* são as condições de produção dos mesmos, os fatores contextuais, as imagens elaboradas pelos interlocutores.

Portanto, se se entende a interpretação de (P) como se demonstrou há pouco, pode-se afirmar que as duas orientações argumentativas, evidenciadas em E₄ e E₅, podem ser melhor explicadas sob a perspectiva de uma teoria da polifonia.

Ducrot (1984) define os *enunciadores* como seres cujas vozes estão presentes na enunciação, sem que se possa atribuir a eles, entretanto, palavras precisas: efetivamente eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista, em oposição ao locutor, que é aquele responsável pelo enunciado, que dá existência, através deste, a enunciadores dos quais o locutor organiza os pontos de vista e as atitudes. Acrescenta que a maior parte dos enunciados negativos faz aparecer sua enunciação como o choque de duas atitudes antagônicas, uma positiva, imputada a um enunciador E₁, e outra, que é uma recusa da primeira, imputada a E₂" (1984:202).

No caso de E'_3 , temos dois enunciadores: um, que enuncia "Ele é um homem hábil", e que assume um ponto de vista diferente do locutor - que pode tanto ser o alocutário quanto um terceiro; e um segundo enunciador, assimilado geralmente a L, que é distinto do autor e do sujeito falante. Portanto, em E'_3 pode-se ter algo do tipo:

$$L. \left[\begin{array}{l} E_1 = \text{Ele é um homem hábil.} \\ E_2 = \text{Mas não é sincero.} \end{array} \right.$$

onde $E_2 = L$, e L supõe que é necessário repetir a voz de E_1 .

A princípio pode parecer impróprio um tal esquema. No entanto, como (R) propõe uma oposição entre ser hábil e ser discreto, o esquema torna-se viável.

Observe-se E_4 e E_5 (este reconstruído):

$E_4(R)$: Ele é um homem hábil.

$E_5(P)$: (Ele é um homem hábil) Mas não é sincero.

Em E_4 também há dois enunciadores construídos no interior do discurso. Um - por exemplo, a opinião pública -, que afirma que Sarney é um homem hábil; e um outro enunciador que afirma - em função da oposição já proposta em E_2 - que ser hábil se opõe a ser sincero, transparente. Tal fato, então, parece corroborar o esquema proposto acima.

Segundo Ducrot (1988), "El enunciado E contiene un elemento semántico e que posee un valor argumentativo" (p. 70). Esse elemento semântico está contido no sentido do enunciado E, e é considerado, na enunciação de E, como uma justificativa para uma conclusão r. E essa conclusão pode vir também implicitada.

Portanto, em E_1 , (P) admite uma orientação de e para r e recusar-se a tomar essa conclusão como prova de e , negando-a diretamente, já que (R), em E_2 , dá início à oposição. Assim, ao enunciar p mas q , o locutor (L) coloca em cena dois enunciadores: E_1 e E_2 - este último assimilado ao locutor.

L reconhece, a princípio, o argumento de E_1 ($p \rightarrow r$) e apresenta um enunciador E_2 - ao qual se assimila; e argumenta em favor de $\text{não-}r$. Sendo q um argumento de maior força para $\text{não-}r$ do que p para r , prevalece o ponto de vista de E_2 . O enunciado, como um todo, leva a $\text{não-}r$. Entretanto, essa conclusão $\text{não-}r$ já foi estabelecida por (R) em E_2 e parece que tudo o que ele disser - $p \rightarrow r$ - deve ser suficiente para que (P) *infira* que ele quer dizer $q \rightarrow \text{não-}r$.

O mas revela uma inferência feita a propósito de uma frase anterior, pode marcar a presença de dois enunciadores e ainda evidência que a interpretação pretendida por (R) - que se vale todo o tempo de estratégias de *dizer não dizendo* - foi alcançada por (P). Percebe-se, também, que toda a responsabilidade do *haver dito* fica a cargo de (P), o qual tem todo o trabalho de *construção* da interpretação do dizer de (R).

(1) Pai e filho discutem. Neste caso, (P) descobriu que o filho, (H), é viciado em cocaína, mas não quer *explicitar* que sabe do fato. Tenta, então, *induzir* o filho a *confessar*.

E_1 (H): Você é um velho, P.

E_2 (P): Eu devo me orgulhar da minha idade. *Eu* (enfático) cheguei até aqui e, pelo menos, *eu* (enfático) não fui um covarde, um perdedor.

E_3 (H): Eu não sou um covarde.

$E_4(P)$: Eu falei que *eu* (ênfatico) não fui um covarde.

Nesse exemplo, assim como em (1), pode ser também observado o estabelecimento do jogo de oposições, através da negação.

Há um traço na fala de (P) que levou (H) a inferir que o pai está querendo dizer que ele, (H), é um covarde. Tal traço é a ênfase dada à expressão *eu*, que convida (H) a entender que "Ninguém diria *eu* (ênfatico) não sou x", e não ser para dizer "Você é x" ou ainda "Alguém aqui é x. Alguém que não *eu*". Ou seja, ao enunciar "(...) eu não fui um covarde (...)", (P) deixa implícito que um *não* *eu*, um alguém que *não*-(P) é covarde.

Analisando o exemplo do ponto de vista polifônico, pode-se perceber que há a presença de dois enunciadores distintos em E_2 - quando que um deles é coincidente com L, uma vez que se tem presente o morfema de 1ª. pessoa.

$\left[\begin{array}{c} E_2 \\ L \\ E_1 \text{ (coincide com L): Eu não fui um covarde.} \\ \text{(quando tinha a sua i-} \\ \text{dade).} \end{array} \right.$	: Você é um covarde.
--	----------------------

A inferência baseia-se na ênfase incidente no "eu" e, assim, em critérios pragmáticos que podem ser assim descritos: "(P) está dizendo que ele não foi um covarde. (P) está se valendo da ênfase no eu para se dirigir a alguém que *não*-(P); como não há mais ninguém aqui conosco, ele só pode estar querendo referir-se a mim".

Tal fato pode ser comprovado em E_3 , que vem a ser uma negação evidente de "Você é um covarde" - que só pode ser negada se não ou se inferida.

Se a sentença "Você é um covarde" tivesse vindo explicitada, (P) não poderia negar a responsabilidade de tê-la dito como o fez em E_1 . Portanto, (H) *inferiu* uma tal significação; isto é, ele *inferiu* que a *intenção* de (P), ao dizer "... eu não fui (...)", era a de dizer que ele, (H), é um covarde.

Mas, baseado em que (H) construiu essa interpretação possível?

O enunciado E_2 , se analisado sob o ponto de vista polifônico, inclui dois pontos de vista:

- A_1 : ponto de vista positivo à não-covardia de (P).
- A_2 : ponto de vista que estabelece que alguém - que *não-(P)* - é covarde.

O mesmo esquema pode representar a polifonia de E_3 :

- A_1 : ponto de vista positivo à covardia de (H).
- A_2 : ponto de vista que é a recusa de A_1 .

É claro que, em E_3 , A_1 e A_2 não podem ser atribuídos ao mesmo autor. Comumente, o enunciador de A_2 é assimilado ao locutor e o A_1 a uma *personagem*, diferente do locutor, que pode ser tanto o *alocutário* como um terceiro. Ou seja, pode-se observar o seguinte esquema para E_3 :

$$L \left[\begin{array}{l} E_1: \text{"Você é um covarde." } (A_1) \\ \\ E_2: \text{"Eu não sou um covarde." } (A_2) \end{array} \right.$$

No caso, como existem já dois enunciadores em E_2 , parece que o enunciador A_2 , em E_2 , é o próprio ouvinte que *assume* uma interpretação de A_1 - E_1 , pressionado pelo locutor (L).

Nos termos de Ducrot, esse efeito da negação está intimamente vinculado a uma lei geral de discurso: "Toda vez que se diz algo, imagina-se alguém que pensaria o contrário e ao qual se opõe" (1984:202).

Alguém poderia objetar que não há indicador algum, em E_2 , que indique que a negação marca a presença de um enunciador distinto do locutor. Ducrot, fazendo uso da expressão *ao contrário*, procura mostrar que uma afirmação é apresentada na negação de forma mais (fundamental) do que a negação na afirmação.

Ou seja, é possível que ao enunciar "Eu não sou gorda", possa haver uma afirmação do tipo "Alguém, que não-eu, é gorda" ou "Eu sou magra". Mas, a sentença "Eu sou magra", não implicaria que meu interlocutor (ou outro qualquer) é - ou tenha que ser - gordo.

Se se aplica a E_2 o teste com a expressão *ao contrário*, depois do enunciado "Eu não sou um covarde", pode-se acrescentar a sentença: "Ao contrário, você é um herói" (desde que não se tome esse enunciado como carregando uma conotação irônica). E perguntar-se: a que o segundo enunciado é contrário?

Obviamente, não ao primeiro, tomado na sua totalidade, mas ao ponto de vista que este, simultaneamente, nega e veicula.

Essa possibilidade de encadeamento, no entanto, não se aplica quando o primeiro enunciado é positivo. Não é possível, de-

pois de um enunciado como "Você é um covarde", encadear-se a sequência "Ao contrário, você é um rato". Isto é, se alguém enuncia "Eu sou um covarde", deixa-se entender que alguém acreditou ou declarou que não o era. Mas, por outro lado, não se pode fazer alusão à atitude deste enunciador virtual para opor-se a ele por intermédio da expressão *ao contrário*, uma vez que a utilização do encadeamento em questão não serve como negação do primeiro enunciado.

Conclui-se, portanto, que a presença e o estatuto do enunciador são distintos no enunciado positivo e no negativo, e que a teoria da polifonia dá conta, satisfatoriamente, dessa diferença, colocando que, nos enunciados negativos, o enunciador já está marcado.

O tipo de negação apresentada em E_3 inscreve-se no que Ducrot (1984b:203ss) denomina de *negação polêmica*, na qual o locutor de "Eu não sou um covarde", assimilando-se ao E_2 da recusa, opõe-se, não a um locutor, mas a um enunciador E_1 - que representa o ponto de vista de (P) - que é colocado em cena no seu próprio discurso e que não pode estar relacionado ao autor de nenhum discurso efetivo - principalmente no que tange ao processo inferencial, no qual o falante tem a possibilidade de se eximir de responsabilidade de ter dito. No exemplo em questão, a apreensão da segunda voz se dá por intermédio da inferência, que se baseia num traço *fundo-enunciativo*: a *ênfase no eu*.

A atitude positiva, à qual L se opõe, é interna ao discurso, no interior do qual é contestada. É interessante notar que esse tipo de negação tem sempre um efeito rebaixador.

No que se refere às inferências produzidas a partir de um elemento linguístico marcado no enunciado - e, no caso dos dois exemplos analisados, esse elemento é uma partícula de negação -, a teoria polifônica parece explicar bastante bem o surgimento das mesmas.

(III) Entrevista concedida pelo então candidato ao governo do Estado de São Paulo, Luís A. Fleury Filho.

$E_1(R)$: Os prefeitos de oposição reclamam do tratamento do governo Quêrcia.

$E_2(F)$: Vou governar São Paulo atendendo o interesse da população, independente da coloração partidária dos prefeitos.

$E_3(R)$: Pela sua resposta, o sr. reconhece que tratamento do governo Quêrcia não foi correto.

$E_4(F)$: Não estou falando isso. Estou dando a minha opinião.

É bom ressaltar que, na época, era fazia parte da crença a idéia de que Fleury fosse *marionete* do então governador Orestes Quêrcia. Desse modo, todo jornalista queria, de certa forma, através das opiniões do próprio candidato, sentir se tal noção era realmente verdadeira. Fleury, por sua vez, ciente do que pensava a opinião pública a seu respeito, procurava se colocar sempre um candidato que tem idéias próprias.

Por isso, a partir de $E_1(R)$, Fleury capta que, mais uma vez, estavam-no testando. Isto é, (R) queria saber se ele, Fleury, iria dispensar o mesmo tratamento aos prefeitos de oposição, seguindo o que vinha fazendo Quêrcia - que levava em conta a *coloração partidária* dos prefeitos.

A fim de mostrar que, embora sendo candidato de Quêrcia, não rezava pela mesma cartilha, Fleury articula uma resposta na qual estabelece uma oposição entre ele e o governador. Ao dizer "(Eu) Vou governar São Paulo (...)", permite uma contraposição do tipo "Ele, Quêrcia, não governa desse modo - independente da coloração partidária dos prefeitos. Eu não."

Se essa hipótese procede, pode-se procurar uma explicação para a inferência realizada por (R), em E_3 .

A partir da oposição Fleury/Quércia, proposta em E₂, (R) parece inferir que há um ponto discordante entre ele e o governador. Ou seja, a partir da oposição proposta por (F), (R) se vê no direito de forçar (F) a explicitar que, mesmo como candidato do governador, (F) governará, se eleito, sem a tutela de Quércia. Daí fazer a responsabilidade para (F) de ter dito que ele *reconhece* (e, aqui, *reconhecer* toma o sentido de *explicitar, tornar público, assumir, ...*) que o governador leva em conta a *coloração partidária dos prefeitos*.

Isso fica evidente em E₄, quando Fleury procura se eximir da responsabilidade de ter dito o que (R) sugeriu que ele tenha dito.

Imagine-se que (F) não estivesse ciente do que pensa a opinião pública a seu respeito, e respondesse a (R) algo do tipo:

E'p(F): Os prefeitos de *oposição*, como o próprio nome já diz, sempre são contra: "Si hay gobierno, soy contra". Este é o lema deles.

Neste caso, uma hipótese seria que a intenção de (R) não teria sido captada por (F) pelo fato de este não compartilhar de um conhecimento específico em relação a essa situação. Consequentemente, (F) não teria chegado à interpretação pretendida por (R) e a direção argumentativa dada em E₃ não procederia. Uma segunda possibilidade é a de que (R) teria confirmado a hipótese da opinião pública - Fleury é *marionete* de Quércia - mesmo que (F) não estivesse ciente desse fato. Isto é, (R) teria, sem querer, sua intenção reconhecida e E₃ poderia ser assim elaborado:

E'g(R): Pela sua resposta, o sr. reconhece que o tratamento do governo Quércia foi correto.

Nesse tipo de entrevista - política -, as técnicas jornalísticas parecem ser, muitas vezes, tendenciosas, procurando induzir, durante todo tempo, a interpretação do entrevistado e do espectador: os entrevistadores procuram *pegar* seus entrevistados em *armadilhas* - quando estas não são, muitas vezes, criadas pelos próprios entrevistados (como é o caso do exemplo (1)).

A manipulação, o direcionamento, estão presentes o tempo todo, na tentativa de fornecerem interpretações. Os entrevistados que ocupam um cargo público, por sua vez, parecem fazer questão de dizer *meias palavras*, a fim de se resguardarem da responsabilidade do *haver dito*. Parece que os entrevistadores acabam pensando que cabe a eles transformar essas *meias palavras* em *palavras completas*.

É bom ressaltar, no entanto, que essa técnica não é exclusiva de entrevistas com políticos. Toda entrevista é um jogo de esconde-revela, no qual cabe ao entrevistador fazer com que o entrevistado se revele.

Isso tudo só é possível porque a língua não é um sistema fechado de códigos, destinado à informação apenas. De uma frase se pode inferir mais de uma interpretação, em função das condições de produção nas quais ela é produzida.

(IV) E₁(M): Acho que vou fazer permanente.

E₂(H): Ah, é?...

A mulher continua arrumando os cabelos diante do espelho. O marido chega, passa a mão no cabelo da esposa e diz:

E₃(H): Seu cabelo tá tão bonito!

E₄(M): é. Mas eu vou fazer permanente.

Neste caso, vigoram acordos muito particulares, que são do conhecimento único e exclusivo dos protagonistas e que funcionam como condições de interpretação (cf. Cap. 07). Por exemplo, a mulher sabe - e o marido sabe que ela sabe - que o marido não gosta que ela faça permanente; o marido sabe - e sabe que a esposa sabe - que a mulher não gosta que ele opine no modo como ela corta ou arruma o cabelo.

Há, portanto, a *familiaridade dos bastidores* (Goffman, 1959:136), o que não acontece nos exemplos (I) e (III), nos quais essa *familiaridade* é anulada para que a interrelação das poses (postura, representação) não entre em colapso e todos os participantes tenham seu papel garantido na cena. Nestes casos, temos acordos públicos que mesclam boas maneiras com traços sociais.

A diferença se encontra justamente no fato de que uma relação entre marido e mulher não se sustenta, neste caso, apenas no papel social - institucionalmente marcado - que ambos desempenham (ao contrário do que ocorre de modo mais marcante com indivíduos que têm, por exemplo, cargos públicos). Neste caso específico, a relação marido-mulher pode estar mais próxima da relação entre colegas (cf. Goffman, 1959:149) uma vez que há espaço para a descontração; eles partilham, pode-se dizer, do mesmo destino; revestem-se de representações semelhantes; chegam a conhecer os pontos de vista muito particulares um do outro.

Em E₃, parece ser clara a tentativa de rompimento do acordo - um não se intromete na maneira como o outro se penteia - por parte de (H). Ao enunciar "Seu cabelo tá tão bonito!", (H) pretendeu levar (M) a tirar a conclusão (r): "Não faça permanente". Poder-se-ia dizer que (H) fornece, *indiretamente*, uma *razão* para que (M) não modifique seu cabelo - razão esta não muito convincente para (M).

A afirmação de (H) - que pode ser tomada como um elogio - está funcionando como um pedido indireto. No entanto, (M) nega-se a atender um tal pedido - como pode ser verificado em E₄ - e

essa enunciação leva a uma conclusão contrária ($\neg r$) àquela pretendida por (H); isto é, uma conclusão que se opõe à intenção de (H).

O elemento responsável por essa oposição é o *mas*, termo que instaura uma oposição entre as conclusões que são retiradas de p e q. No entanto, é bom lembrar que o *mas* não é responsável por haver conclusões. Elas são extraídas dos enunciados e das condições de produção, aqui fixados pelos participantes da conversação.

Em (IV) temos duas inferências em questão. Uma, extraída de E_3 , que poderia ser algo do tipo "Seu cabelo está bonito como está" ou "Eu prefiro seu cabelo liso". A outra inferência é produzida em E_4 : "Ele está falando que meu cabelo está bonito para eu não fazer permanente. Eu sei que ele prefere o meu cabelo liso".

Em E_4 , pode-se dizer que a intenção de (H) foi captada, mas foi negada por (M). E essa negação aparece como uma contraposição de opiniões entre (H) e (M) – e não como uma negação descritiva, por exemplo.

Para verificar a validade de uma tal hipótese, imagine-se que a conversação tivesse sido interrompida em E_3 . Ainda assim, poder-se-ia observar a realização de uma inferência por parte de (H): "Ela está querendo que eu diga que o cabelo dela está bonito. Ela está querendo um elogio".

Portanto, não só os elementos linguísticos, marcados no(s) enunciado(s), são os responsáveis pela realização de inferências. Em (IV) observa-se que, além do *mas*, o conhecimento das preferências teve um papel fundamental na extração das inferências. Aliás, parece que o peso maior é o do acordo, uma vez que se pode supor que o *mas* foi usado por (M) para lembrar, a (H), o acordo.

(V) E_1 (F): Incríveis esses exemplos!

E_2 (B): São. Eu preciso comprar uma caderneta para continuar anotando.

E₃(F): Ontem, no supermercado, eu quase comprei uma. Ai me lembrei que a gente tem muito caderno aqui.

E₄ (B): Mas a caderneta é melhor.

E₅ (F): Eu tenho uma...

E₆ (B): Onde? Na tua gaveta?

E₇ (F): (...) (silêncio).

E₈ (B): Eu vou pegar.

E₉ (F): (...).

E₁₀(B): Então depois você pega.

Existe um princípio básico geral para que se dê a produção de um discurso: é necessário ser cooperativo. Isto é, todo falante, numa atividade comunicativa, deve preencher seu turno para se mostrar cooperativo (cf. Grice, 1967).

No caso de E₇ e E₉ de (F), pode parecer, à primeira vista, que houve violação desse princípio geral que rege a conversação. Uma vez que (F) se mantém em silêncio, pode-se admitir que esse silêncio é a violação de uma máxima, já que (B) esperava a cooperação por parte de (F), e para ser cooperativo, (F) *deveria falar*.

Neste caso, temos a ocorrência de dois silêncios estrategicamente localizados numa interação. O silêncio de (F), situado em E₇, levou (B) a *pedir* que ele fosse, de certa forma, cooperativo; isto é, que ele explicitasse algo.

Tal fato pode ser verificado quando da enunciação de E₈. Ao anunciar "Eu vou pegar.", (B) parece *testar* o significado do silêncio de (F). Tal enunciado funciona como indício de que (B) já produziu uma inferência acerca do primeiro silêncio de (F), qual seja: (F) não vai autorizá-la a pegar a caderneta.

Funcionando como um teste, E₈ abre duas possibilidades de interpretação. Uma primeira, na qual (B) pode ter a inferência nega-

da; uma segunda, na qual (B) teria a confirmação da mesma. Ou seja, (B) esperaria duas respostas possíveis em E₉: (a) "Tudo bem, tá na cozinha gaveta." – e, nesse caso, a inferência seria negada; e (b) "Deixa que depois eu pego." – que acarretaria a confirmação da inferência realizada a partir de E₇.

Como (F) fornece como resposta novamente o silêncio, E₉, (B) interpreta essa segunda ocorrência como comprovação da inferência inicialmente produzida por ela (O que mostra que, às vezes, quem fala, *não* consente). O que é interessante notar é que o fato de (B) falar novamente é que é relevante: o papo não acabou para ela.

O silêncio não é, entretanto, o fator único que explica a emergência da inferência. Não se pode esquecer dos acordos tácitos, cujo papel é fundamental para a produção discursiva. E esses acordos encontram-se presentes no nível dos acordos pessoais, o que, de certa forma, vem evidenciar a hipótese de Goffman (1959) de que existem relações de intercâmbio que se estabelecem num clima muito menos formalizado, nas quais os acordos instauram-se de maneira menos institucionalizada (menos convencional).

Na situação em questão, um desses acordos é que *um não deve mexer nas coisas do outro*. O silêncio, no interior desse acordo, é o elemento que *não autoriza* (B) a quebrar o acordo.

Tem-se, pois, um *estado jurídico* que só pode ser alterado mediante uma espécie de autorização.

O que se pode verificar a respeito dos estudos relativos aos conteúdos implícitos, não se observou nenhum tratamento relativo ao silêncio como um possível veiculador desses conteúdos.

O que se pode afirmar é que, no exemplo analisado, o silêncio não deve ser tomado como a violação de acordo, uma vez que (F), ao *silenciar*, não deixou de ser cooperativo; ao contrário, foi informativo, relevante e claro.

(VI) Dois homens e uma mulher conversam numa das cantinas da UNICAMP, quando chega a filha de um dos homens. A mulher, ao vê-la, diz:

$E_1(M)$: O que você faz aqui?

Ao que o homem (1) retruca:

$E_p(I)$: Aqui ela faz história.

Habe-se que os dêiticos são expressões cujo referente só se pode determinar em relação aos interlocutores da situação comunicativa, uma vez que as indicações de tempo e lugar se organizam sempre a partir da própria enunciação.

A posição ocupada pelo termo dêitico em E_p mostra claramente que, da maneira como E_1 está articulado, (1) toma o termo como indicativo de uma dupla implicação: algo --> *que não é História*; em outro lugar --> *não-aquí*.

O *aquí*, portanto, pode ser analisado como comportando duas funções: (a) a de locativo (UNICAMP) e (b) a de indicador de implicação (algo --> *que não é História* e outro lugar --> *não-aquí*).

(VII) Entrevista do então secretário da Saúde, José Aristodemo Pinotti no programa RODA VIVA, TV CULTURA.

$E_1(R)$: O que o senhor acha deste governo?

$E_p(P)$: Neste governo se pode trabalhar, fazer alguma coisa por alguém.

$E_g(P)$: Por que, no outro não podia?

$E_4(P)$: Não.

$E_5(P)$: Não podia ou o sr. quis dizer Não à minha pergunta?

$E_6(P)$: Não foi isso que eu quis dizer.

Assim como no exemplo anterior, tem-se o uso de termos dêlticos: *deste e neste*.

Ao enunciar E_1 , (P) procura, de certa forma, estabelecer uma oposição entre o governo vigente - governo Quérzia - e o antecessor a ele - governo Montoro. É bom ressaltar que (P) foi secretário da Saúde do governo Montoro e exerce a mesma função no vigente.

O interessante a ser notado é que, como os dêlticos têm seu significado construído na e pela enunciação, a inferência produzida mediante a enunciação de E_2 vai ser "neste governo se pode; no outro não podia"; ou seja, é pela afirmação de uma coisa que se infere outra. Trata-se, pois, do que Ducrot chama de implícito da enunciação.

Ocorre um fato bastante curioso na sequência discursiva. (P) responde "Não" a E_2 e faz emergir, aí, um possível malentendido. Parece que (R) quer se certificar de que (P) está fazendo uma análise crítica ao governo Montoro. Entretanto, o esclarecimento pedido por (R), em E_3 , não ocorre, dado que (P) responde, em E_6 , com outro dêltico. O termo *isso* não explicita, na enunciação de (P), se ele está se referindo à primeira ("Não podia?") ou à segunda questão ("Quis dizer Não à minha pergunta?") colocada em E_3 .

Pode-se observar que tanto em (VI) como em (VII), foram acionadas chaves extralinguísticas - Quérzia e Pinotti são amigos, enquanto Pinotti e Montoro têm interesses políticos diversos - que são responsáveis pela possibilidade de emergência da inferência. Isto é, instauram possibilidade de o ouvinte construir interpretações, que nem sempre são condizentes com a intenção comunicativa e informativa do falante.

Assim como em (I), por se tratar de entrevista com um indivíduo que ocupa um cargo público, esse exemplo mostra, mais uma vez, a tendência de os entrevistados e os entrevistadores obrigarem-se a explicitar sua(s) intenção(ões).

(VIII) Almino Affonso em RODA VIVA.

- E₁(R): O sr. acha moralmente correta as aparições do governador Quêrcia na TV, patrocinadas pelos grupos *SP EM AÇÃO*?
 E₂(A): Há um implícito na sua pergunta. Você está dizendo que o governador usa verba pública nessas aparições.

Neste caso, ao contrário de (I), (III) e (V), é evidente que (A) não assumiu o jogo das meias palavras, proposto por (R). O próprio entrevistado explicitou a intenção comunicativa do entrevistador.

Um discurso apresenta-se, em geral, entremeado de espaços em branco, de lacunas que devem ser preenchidas, e quem o emitiu espera, ao menos, que tais espaços fossem - ou pelo menos deveriam ser - preenchidos. A presença desses interstícios parece ser um bom motivo para que se dêem as inferências. E a razão de sua presença pode se dar por dois fatores:

- (1) porquem existe, além da intenção comunicativa do falante, o fato de que o discurso acontece e se mantém pela valorização de sentido que o intérprete constrói;
- (2) porque, nos casos em que ocorrem inferência o ouvinte tem a iniciativa interpretativa e todo discurso quer que alguém o ajude a funcionar (cf. Eco, 1979:37).

Em outras palavras, o discurso instaura o ouvinte como condição indispensável não só da própria capacidade concreta de co-

municação, mas também da própria potencialidade significativa. O discurso espera que alguém o atualize.

Portanto, no exemplo em questão, (R) esperava que (A) atualizasse o *não-dito* de sua fala, através de movimentos cooperativos, conscientes e ativos. *Atualizar* não significa, obrigatoriamente, *explicitar*; pode ser algo como responder satisfatoriamente à intenção pretendida.

O que (A) efetivamente faz é *mostrar* que *entendeu*, que *captou* a intenção comunicativa de (R). E, ao explicitar essa intenção, *desmanchava*, de certa forma, a arapuca preparada por (R).

Neste caso, o código linguístico não é suficiente para (A) entender o que entendeu. O que, então, levou (A) a construir tal interpretação?

Todo discurso apresenta uma estratégia discursiva elaborada pelos interlocutores. Para que uma tal estratégia seja organizada, o falante deve fazer referência a uma série de competências, que confirmam conteúdo às expressões que usa, bem como prever os movimentos de seu(s) interlocutor(es) (cf. Eco, 1979:89ss).

(R) sabe que Almino Affonso e Quércia - embora tendo sido aliados políticos - são, no momento da entrevista (30.01.89) oponentes políticos. Ciente desse fato, (R) tenta *induzir* (A) a fazer uma crítica a Quércia. Além disso, há uma polêmica em torno do fato de o Governo do Estado estar usando verbas públicas para propaganda. Em outras palavras, (R) quer levar (A) a explicitar a opinião de que Quércia está se autopropondo com dinheiro público.

Vale-se, então, da estratégia do *não-dizer*, ao que (A) responde explicitando que a responsabilidade da afirmação feita em E₁ - Quércia usa dinheiro público para propaganda - é do repórter.

O que (R) fez, portanto, é considerar o sentido, a ocorrência da enunciação, os fatores externos e inferir uma tal estrutura para a atualização do discurso de (R).

- (IX) E₁(L): Alemão, na seleção tem lugar pro Júlio César e pro João Paulo?
- E₂(A): Sem dúvida. São excelentes jogadores. O João Paulo foi considerado o melhor estrangeiro no campeonato italiano, e o Júlio César é um zagueiro de muita experiência, que disputou uma Copa do Mundo e muitos jogos pela Europa.
- E₃(L): Você, então, acha que não tem lugar para o Bismark e o Mauro Galvão - convocados - nessa seleção?
- E₄(A): Eu acho que o grupo tá formado e todos vão se empenhar para ganharmos a Copa.
- E₅(L): Eu sei que um jogador não comenta sobre o outro; a sua atitude é até louvável. Mas, na minha opinião, nem o Galvão nem o Bismark ou o Tita deveriam estar nessa seleção.

Assim como nos exemplos anteriores, que lidam com entrevistas, aqui, também, o repórter esportivo tenta fazer com que Alemão faça uma crítica à convocação de certos jogadores para a Copa do Mundo.

Em E₂, (A) responde o que foi perguntado, enaltecendo os jogadores sobre os quais foi inquirido. No entanto, a intenção de (L) parece não ter sido captada por (A). Isso fica evidente em E₃, quando (L) infere que se (A) elogiou JP e JC, *então*, não pode haver lugar para Bismark, Mauro Galvão. Na concepção de (R), uma escolha exclui a outra.

No momento em que (A) capta a intenção de (L), em E₄, parece que ele se nega a entabular a conversação na direção proposta por (L). Parece vigorar uma espécie de ética profissional: não se fala mal de outro jogador. E esse movimento de (A) ocorre justamente por ele perceber qual é a intenção de (L).

Goffman (1959:178) afirma que "na vida cotidiana (...), os indivíduos não estão familiarizados com as opiniões e *status* dos outros. Tal fato acarreta um processo de sondagem e através dele o indivíduo manifesta seus pontos de vista ou *status* a um outro pouco a pouco (...). Expressando de maneira ambígua cada passo na admissão, o indivíduo tem condições de sustar o procedimento de abandonar sua fachada no momento em que não receber confirmação do outro

Em outras palavras, (A) e (L) estão procurando descobrir quais os cuidados a serem tomados para exporem suas opiniões acerca da participação ou não de certos jogadores.

(L) vai, aos poucos, expondo sua opinião em relação às convocações e Eg evidencia que o que foi dito refere-se muito mais à concepção do próprio repórter do que à de Alemão. Tal fato é confirmado em Eg quando (L) dá, *explicitamente*, sua opinião.

O interessante a ser notado é que (L) consegue captar a intenção de (A), de não dizer nada contra os companheiros de profissão. E essa *ética* é explicitada por (A) e parece conduzir toda a conversação. Entretanto, parece ficar bem clara a opinião de que (A) *foge* à questão colocada por (L), em E4, e, a partir daí, (L) explicita a regra da *ética* - que, ao que parece, serve somente para os jogadores, mas não para os repórteres esportivos.

Em outras palavras, a *ética* vai atualizar o discurso, vai fornecer a orientação discursiva dessa situação até o momento em que, em E5, (L) vai abandonar sua fachada de entrevistador e explicitar sua própria opinião.

(X) E4(M): O marido de F. é ainda guardião?

E5(S): Mas ele não é guardião.

E6(M): Mas ele não trabalha de noite?

Diferentemente dos dados até aqui analisados, encontramos um exemplo de inferência lexical (i.é., os interlocutores recorrem a um dicionário em forma de léxico e procuram identificar quais as propriedades semânticas das expressões que precisam ser atualizadas. (cf. Eco, 1979:60)).

Tome-se a palavra **guardião**. Na competência enciclopédica de (M), tal termo está diretamente ligado à uma atividade noturna: *ser guarda noturno*. Todo falante tem a possibilidade de inferir, de uma expressão isolada, o seu possível contexto linguístico e suas possíveis circunstâncias de enunciação.

A noção de *frame* pode ser de grande utilidade na exploração desse tipo de inferência. Os *frames* constituem-se em elementos de conhecimento; "são representações sobre o *mundo* que nos permitem efetuar atos cognitivos basilares como percepção, compreensão linguística, ações" (Van Dijk, 1976:31).

Neste caso, portanto, o *frame* **guardião** determina um indivíduo que trabalha como guarda noturno ou indivíduos que exercem uma atividade profissional no período da noite.

(M) recorreu ao seu léxico em forma de dicionário e logo identificou as propriedades elementares da expressão; neste subnível, encontram-se os *postulados de significado*, ou, então, as *leis de implicação* (Eco, 1979:60-61). Assim, (M) elaborou o seguinte raciocínio:

Todo aquele que trabalha de noite é guardião.

O marido de F. trabalha de noite.

O marido de F. é guardião.

O raciocínio de (M) seria, do ponto de vista da lógica, correto, se as premissas fossem verdadeiras e admitissem a veracidade

de da conclusão (cf. Salmon, 1968:17).

Em função da falsidade da primeira premissa, o argumento de (M) é logicamente inválido e, conseqüentemente, a tese "O marido de (F) é guardião." é falsa. O que (M) produziu foi uma inferência, tomando como ponto de partida o seu léxico. E, de acordo com sua experiência de vida, na qual as atividades noturnas relacionam-se a guardiães, ocorre um malentendido entre ela e o filho - que não compartilha da mesma acepção do termo guardião.

O sistema de referência de (M) não comporta a possibilidade para raciocínios do tipo "Guardiães trabalham de noite; mas pode haver - e há - pessoas que trabalham de noite e não são, necessariamente, guardiães".

Ainda pode-se pensar que a inferência realizada por (M) foi uma inferência imediata (cf. Copi, 1968:148). Nesse caso, o raciocínio dela poderia ter sido "Guardião trabalha de noite; logo, quem trabalha de noite é guardião". A inferência, aqui, é imediata, mas não-autorizada. E essa inferência não-autorizada ocorre justamente em função do sentido que (M) dá ao termo guardião, em virtude do *frame*, ocasionando uma compreensão dominada amplamente pela aplicação de concepções muito particulares.

(X1) E₁(C): Guel, você é o Leopardo! Eu vou descobrir!

E₂(G): Camila, você acha que se eu fosse o Leopardo, eu estaria aqui, ouvindo você falar desse jeito, sem tomar a mínima providência?

E₃(C): Você está me ameaçando?!

E₄(G): Ora, Camila...

E₅(C): Você me ameaçou! Se eu continuar a investigar, você some comigo.

Esta situação foi retirada de um texto de novela e pode vir a ser um exemplo bastante reforçador para mostrar como as pessoas inferem um significado.

Guel e Camila são namorados. Na trama da novela há um famoso bandido, o Leopardo, que é ladrão de jóias e pertence a uma poderosa quadrilha de traficantes. Como Guel possui um segredo e desaparece de cena, de vez em quando - coincidindo seus sumiços com os roubos e assaltos realizados pelo Leopardo -, Camila começa a investigar.

A análise mostra que o mecanismo responsável pela produção da inferência realizada em E₃ é o conjunto de imagens elaborado por ambas as personagens.

GUEL segundo CAMILA : em função de todas as coincidências, é associado a um bandido.

BANDIDO segundo CAMILA: é aquele que, ao ouvir ameaças, reage.

GUEL segundo GUEL : embora não seja bandido, tem razões para ocultar fatos de sua vida.

BANDIDO segundo GUEL : é aquele que, ao ouvir ameaças, reage.

O que parece ser a pista linguística para que E₃ seja interpretado como ameaça é a expressão *sem tomar a mínima providência*. Pelo fato de (B) enunciar tal sentença, (C) faz coincidir a imagem que tem de (B) com aquela que tem do que seria um bandido e, conseqüentemente, toma a fala de (B) como uma ameaça.

A expressão *sem tomar a mínima providência* acaba proporcionando a produção de um implícito da enunciação (Ducrot, 1972:17): "o implícito não deve ser procurado somente no nível do enunciado, como um prolongamento do nível explícito, mas num nível mais profun-

do, como nas condições de existência da própria enunciação".

Tal fato pode levar à conclusão de que o ato de fala pode ter uma nova interpretação e ser tomado como significando, implicitamente, suas próprias motivações (Ducrot, 1972:19).

Pêcheux (1969) afirma que, numa situação qualquer de discurso, os interlocutores levam em conta perguntas implícitas do tipo *Quem sou eu para falar-lhe assim?*, *Quem é ele para que eu lhe fale assim?*, etc (cf. pp. 19-20). Acrescenta que tais imagens são anteriores ao discurso e que os interlocutores levam-nas sempre em conta.

No entanto, acredito que tais imagens são acionadas, produzidas, no interior do discurso à medida em que se dá a interlocução - o que parece evidente no exemplo em análise.

(C) se sente ameaçada em função da produção de duas imagens coincidentes de (B): a imagem do que seria um perigoso bandido e que um bandido, ao ouvir ameaças, reage.

Portanto, a inferência é aqui produzida em função do conjunto de imagens que vai se delineando ao longo da interlocução e daquelas que já existem entre os interlocutores.

Pode parecer estranho dizer que há um *implícito da enunciação* e a inferência foi realizada em função das imagens elaboradas pelos protagonistas. Entretanto, não vejo motivo para tornar inviável a mescla de uma análise à outra; ou seja, acoplar uma análise na outra (Ducrot/Pêcheux; Pêcheux/Ducrot) pode trazer um ganho em poder descritivo. A aplicação das imagens não está desvinculada das condições de produção de um enunciado, ou das condições de existência da própria enunciação. Antes, elas podem atuar conjuntamente, uma vez que o implícito é um dos mecanismos pelos quais uma dada inferência pode emergir.

(X11) E₁(M): Vocês estão reclamando de barriga cheia!!

E₂(P): Por quê?

E₃(M): Ora, do salário! Daqui a pouco vocês vão estar ganhando mais do que meu marido, que é médico.!

E₄(P): Ah, é?! E qual o problema?! Tanto eu como ele somos profissionais. Ou não?!

E₅(M): Vocês têm que se contentar. Ser professor é sacerdócio!

E₆(P): Mais do que ser médico?! Com licença... Até logo.

Ta) situação se dá, numa escola, entre a mãe de um aluno e um professor.

é possível apreender da fala de (M) uma visão convencionalmente (socialmente) instituída a respeito dos papéis desempenhados por um médico e por um professor, a qual poderia ser traduzida segundo o conjunto de formações imaginárias de (M):

MÉDICO segundo (M) : deve ganhar bem; profissão nobre;

PROFESSOR segundo (M): deve ganhar menos que um médico; é sacerdote.

Isto significa (comprova, de certa forma) que (M) tem os papéis sociais desses dois profissionais convencionalmente marcados. Isto é, (M) aciona representações já cristalizadas em seu sistema de referência, e o faz de uma maneira quase inconsciente. Consequentemente, constrói uma inferência do tipo "Médico deve ganhar mais do que professor" ou "É normal que médico ganhe mais do que professor".

(P), enquanto interlocutor, reconhece esta inferência realizada por (M). A partir do que é dito, representa-se um mundo possível como chave para interpretar o discurso. O que ele faz, então, é observar as circunstâncias de enunciação desse discurso, formulando hipóteses acerca das intenções do sujeito empírico da enunciação.

é evidente que, assim como foi possível detectar a imagem do que é ser médico e do que é ser professor, para (M), pode-se também captar como se dá a formação dessas imagens para (P):

MÉDICO segundo (P) : deve ganhar bem; profissão nobre;

PROFESSOR segundo (P): deve ganhar bem; profissão nobre.

Ao contrário de (M), (P) vê o médico e o professor como dois profissionais com o mesmo gabarito, para os quais, devido à formação específica de cada um deles, não deveria haver uma discrepância salarial tão evidente - fato que se comprova em E₄.

O interessante a ser notado é que, como (M) dá a entender que ser médico é uma profissão mais nobre e ser professor, menos nobre, parece que ela não vê mais o médico como *sacerdote* (imagem também corrente, no entanto). Ou seja, *sacerdote* é aquele que trabalha por outros tipos de pagamento, que não vê na *recompensa* financeira o seu maior objetivo - sua meta é desdobrar-se ao máximo para ajudar ao próximo. Mas o médico, para (M) comercializou-se.

No sistema cultural tanto de (P) quanto de (M), comparar um professor a um sacerdote - ou qualquer outro profissional - significa desvalorizá-lo, profissionalmente, em termos salariais. Daí a indignação de (P) ao ouvir E₅.

Ao apreender a intenção de (M), (P) reage e produz um discurso no qual argumenta em direção da igualdade de professor e médico a sacerdote, procurando evidenciar que nenhuma das duas profissões constitui-se em sacerdócio - como sinônimo de abnegação e desvelo desinteressado de recompensa financeira e material.

Ficam, pois, evidentes, em E₆, as imagens propostas acima. E o exemplo em questão mostra a produção de uma inferência a partir do conjunto de imagens de cada um dos participantes, bem como a partir da interpretação dos traços atribuídos a *sacerdote* - o que indi-

ca que se trata de uma inferência lexical.

- (X))1) E₁(L): Ah, eu preciso dar uma lavada nesse carpete.
 E₂(F): Eu dei essa semana.
 E₃(L): Você lava com shampoo mesmo?
 E₄(F): É. Karpex. É o melhor, mãe, que eu já usei.
 E₅(L): Ah, eu não uso isso, não. Eu uso o meu mesmo, o que eu faço.
 E₆(F): Ah, é?! Mas eu não *tenho* o seu.
 E₇(L): É bem melhor e mais barato.

O pai intervém:

- E₈(I): Ô, Lydia! Você não tá vendo que ela tá te cantando?!
 E₉(L): Ah, sua bobinha... (risos)

Nesse exemplo, não se pode afirmar que - embora a mãe tenha parecido não entender o que a filha queria dizer - o enunciado da filha não tenha sido comunicativo para a mãe.

O que parece é que (L), num primeiro momento, não apreendeu a intenção comunicativa de (F). Mas, será que esse ato deixou de ser comunicativo? Será que ele teve seu fim, para (L), em E₇? Teria ele gerado um malentendido? Um *misgrasping*?

Talvez o *misgrasping* possa ter acontecido, mas não no sentido de tornar o ato de (F) não comunicativo - não nos termos do que Hecall e Weizman descrevem como *misgrasping*, no caso da garota histerica (cf. Cap.04).

Para efeito de análise, pense-se em duas possibilidades de interpretação, dadas por (L), para E₆:

- (a) a mãe pode ter querido - propositadamente - ignorar a intenção de (F) ao enunciar E₆, procurando dar outra direção à conversação.
- (b) a mãe pode ter entendido *literalmente* o que (F) disse; aí, sim, ela não *captou* a intenção comunicativa de (F). Neste caso, quem a apreende é (L), o que ocasionou a explicitação da inferência em E₆ - qual seja "Lydia, (F) quer que você faça o shampoo para ela".

Acredito que, dadas as circunstâncias da enunciação, dada a direção discursiva que se pretende dar e que se delineia no decorrer da conversação, não se pode afirmar que a fala de (L) tenha gerado um *misgrasping*, visto que, nem sempre, quando a intenção comunicativa de um falante não é *reconhecida*, há manifestação de malentendidos.

Nas interpretações acima propostas, pode ser que (L) ou tenha querido dar uma outra direção à conversação ou tenha deixado que (L) funcionasse como o ouvinte que explicitaria a intenção de (F), qual seja: "Eu só uso Karpex, porque você não faz o seu shampoo para mim".

(L) pode não ter querido o *compromisso* de fazer o shampoo ou ainda pode ter interpretado E₆ como não relevante para o momento da conversação.

Pense-se que (L) tenha realmente ignorado E₆. Se forem juntados E₅ e E₇ tem-se algo como "Ah, eu não uso isso, não. Eu uso o meu mesmo, o que eu faço (E₅). é bem melhor e mais barato (E₇)". Pode ser que, nesse caso, (L) não tenha percebido relevância no enunciado de (F). Por outro lado, se (L) não quer ter o *compromisso* de fazer o shampoo, ela pode ter simulado que não percebeu o pedido indireto de (F).

A partir disso, (L) sentiu-se na *obrigação* de explicitar a possível intenção de (F). Talvez porque, em função de acordos tácitos

cos - por exemplo, quando (L) não quer fazer algo que alguém lhe pode, ela ignora a fala do outro -, (I) tenha pretendido mostrar que (L) estava fazendo valer esse acordo também para a filha.

Tal fato pode relacionar-se com a *obrigação* que o ouvinte assume, em certos casos, de apreender a intenção do falante. Como (L) parece não assumir essa obrigação, (I) toma para si a tarefa de seguir a direção discursiva proposta por (F). Daí, a produção e a explicitação da inferência.

(XIV) E₁(C): Tudo bem, M. Eu acho que eu tenho um cara pra pegar essas aulas.

E₂(M): Ainda bem.

E₃(C): Só que é o seguinte. Se esse cara, que é mais bem gabaritado(sic), que é *puta velha* de cursinho e, portanto, bem mais aparelhado para pegar o INTENSIVÃO... Se ele aceitar, para o ano que vem eu não posso mandar o cara embora. Então, vai ter divisão de aulas.

E₄(M): Tudo bem...

E₅(C): Tudo bem mesmo, M?

E₆(M): É. Eu só não gostei da ameaça.

Há duas interpretações possíveis para a fala de (C). Uma primeira, na qual (C) estaria querendo mostrar a (M) que a contratação de um novo professor iria onerar o orçamento da escola; uma segunda, na qual (C) estaria lembrando (M) do compromisso assumido na distribuição de aulas e que se ele não as assumisse, ela iria contratar um novo docente e teria que dar garantia de trabalho para o ano seguinte - isto é, o número de aulas de (M) deveria diminuir no ano seguinte.

é evidente que (M) não tem, diretamente, muita coisa a ver com o orçamento interno da escola. O que lhe interessa é a sua garantia de emprego. Daí, inferir, a partir de Eg, que se está dando a entender que essa garantia está ameaçada; isto é, "Vou ter que contratar outra pessoa, que é melhor que você, e não posso te garantir nada para o ano que vem".

É verdade que não é rigorosamente necessário ler a segunda interpretação em Eg. No entanto, quando se lê, é impossível não considerar a segunda interpretação como aquilo que (C) quis dizer.

Portanto, se se admite que todo enunciado pode ter vários sentidos possíveis, cada um dos quais constituindo-se numa espécie de decifração das intenções do locutor, não há objeções em considerar a segunda interpretação de Eg; pelo contrário, ela parece ser a única interpretação que permite Eg, levadas em consideração as condições de produção em que tal discurso se deu.

(XV) E₁(E): Você não quer jogar uns calçados fora?

E₂(M): Eu não.

xxxxxxxxxxxxx (o marido pensa que foi pouco
sutil e retoma o assunto)

E₃(M): Você acha que tem algum calçado que é pra jogar fora?

E₄(E): Não sei. Você é que sabe.

A mulher está arrumando o armário e sabe que o marido tem mania de guardar calçados velhos, principalmente os pares de tênis (e o marido sabe que ela sabe disso) - isto constitui-se em conhecimento partilhado entre o casal. Ela sabe que existem alguns sapatos que devem ser jogados fora, mas não toma a iniciativa de se desfazer

deles antes de perguntar ao marido, ou seja, espera uma autorização dele.

Em função do conhecimento partilhado, (E) espera antecipadamente que a resposta de (M) seja negativa - fato que efetivamente ocorre. (M), por sua vez, reflete acerca do fato de que pode haver sapatos que devem ser jogados fora e retoma a conversação, passando, de certa forma, para (E) a responsabilidade de avaliar e decidir se joga fora ou não os calçados (E₃).

Quando (E) responde "Não sei. Você que sabe.", estabelece uma contradição com a inferência realizada por (M), a partir de E₁, qual seja: "Ela acha que há calçados para jogar fora.

Ora, para que (E) faça a pergunta que faz, é necessário que julgue (suponha) que há calçados velhos. Por isso soa contraditório o que fez em E₃: negar o fato de saber que há necessidade de se desfazer de alguns sapatos.

Em outras palavras, (E) só diria E₁ se ela tivesse certeza de que há sapatos do marido que não estão mais sendo usados e que devem ser jogados fora. Ao ser inquirida pelo marido e, talvez, sentindo a responsabilidade que ele lhe está passando, (E) parece negar o fato de *saber* que os calçados devem ser jogados fora; isto é, não assume a responsabilidade de decidir sobre o destino dos mesmos. Daí a contradição: "Eu acho que há sapatos que devem ser jogados, mas eu não sei; você é quem sabe."

Portanto, (E) acaba, de certo modo, desautorizando a inferência que (M) teria feito a partir de E₁ (que é: "ela acha que há calçados velhos...").

(XVI) E₁(P): A sra. acha que o PT deveria continuar presidencialista ou evoluir para uma posição parlamentarista no plebiscito que vai anteceder a eleição de 1994?

E₂(R): Eu particularmente defendo o parlamentarismo, teoricamente, enquanto sistema de representação política, digamos. Ele tem a ver com um princípio que eu acho que o PT defende e é muito correto: quanto menos as decisões emanam de um ponto central, melhor; quanto mais divididas e partilhadas essas decisões, melhor. Então, nesse sentido, o parlamentarismo é mais democrático do que o presidencialismo. (...)

E₃(P): Quer dizer que daqui a três anos pode ser outra conversa; o PT deveria se tornar parlamentarista?

E₄(R): Eu diria que, daqui a três anos, essa decisão pode ser outra, tranquilamente.

E₅(P): No sentido do parlamentarismo, mas nunca no sentido da monarquia, não é?

E₆(R): Ah, não! Monarquia é outra história é o contrário do que pregamos. (...) o que se vê é que há certos governantes eleitos pelo povo, que gostariam muito de se perpetuar no poder, com a possibilidade de reeleição para presidente da República e que tais. O que os coloca numa posição muito próxima daquela dos imperadores. Acho que há gente com pretensões a imperador aqui no Brasil.

E₇(P): A sra. está falando do presidente Collor?

E₈(R): Sim. Acho que essa idéia de reeleição tem de ser duramente combatida.

Trata-se de um fragmento da entrevista concedida por Raquel Rolnik, da Secretaria do Planejamento da Prefeitura de São Paulo. Pode-se, novamente, acionar o conjunto de imagens:

PT segundo RAQUEL : tem como meta a descentralização do poder; contrário ao regime monarquista.

COLLOR segundo RAQUEL: tem como meta a centralização do poder; simpatiza com o regime monarquista.

Rolnik assume o seu lugar político de militante do PT e é a partir dele que se desenvolve a entrevista. Ocorre de, o tempo todo, o entrevistador tentar *buscar* uma explicação acerca da forte oposição que o PT faz ao governo Collor, no decorrer da entrevista. Por exemplo, "Agora, se o governo se estrutura através de um bloco conservador no Congresso, como se está anunciando, a sra. não acha que a esquerda vai ter que rever as suas posições partidárias?", "Quer dizer que a sra. acha que o governo Collor está numa corda bamba?", etc.

Na verdade, parece que quem está mais interessado em passar essa imagem de oponente, da entrevistada, para o leitor - terceiro fno nesse jogo da entrevista - é o próprio repórter.

Como se pode observar, em E₃, (P) inicia a questão com a expressão "Quer dizer", o que significa que (P) está procurando uma confirmação para o que (R) disse, sem efetivamente dizê-lo.

A inferência produzida a partir de E₃ é a de que o PT quer, para o próximo governo, um governo parlamentarista.

Já a inferência realizada em E₇ decorre do fato de (R), ao explicitar que o PT é contrário à monarquia, acionar a imagem que tem de Collor em oposição a um possível governante do PT.

(P) detecta que (R), ao se valer do termo *certos governantes*, está querendo levá-lo a concluir que ela está se referindo ao então presidente da República. Isso porque, no início de E₆, tem-se estabelecida a oposição entre monarquia¹ e parlamentarismo, e principalmente quando (R) afirma que "há gente com pretensões a imperador aqui no Brasil".

Como há a opinião de que o PT sempre irá criticar qualquer atuação do atual governo, (P) infere que (R) só pode estar fazendo referência ao presidente Collor - o que é confirmado em E₈.

TEXTOS FECHADOS

Diferentemente das situações até aqui analisadas - que englobaram textos abertos -, os dados que se seguem constituem-se em textos fechados: textos que permitem uma única leitura e cujo efeito de sentido é controlado pelo próprio texto. E um bom exemplo desse tipo de textos são os chamados textos de humor.

No caso desses textos, o ouvinte/leitor tem uma única possibilidade de interpretação. Interpretação essa que vem, obrigatoriamente - determinada no próprio texto.

(XVII) $E_1(B)$: Ugh! Mas que mulher feia!

A mulher, ofendida, devolve no mesmo tom:

$E_2(M)$: Mas que homem bêbedo!

$E_3(B)$: É - retrucou o bêbedo. Mas amanhã já *foi* bom.

O efeito humorístico deste texto só será apreendido se o leitor/ouvinte sacar a interpretação unívoca pretendida pelo próprio texto, qual seja, o efeito de sentido, a inferência "você vai conti-

nuar feia".

Para captar o efeito humorístico, o leitor-ouvinte tem que manipular, de alguma forma, alguns aspectos primordialmente incluídos nas noções de *bebedeira* e *feiúra*. No nosso sistema de referência, tais termos representam, respectivamente, um *estado permanente* e um *estado transitório*. Só alcançará a interpretação o ouvinte que operacionalizar essa diferença de estados.

Uma forma de explicitar esses dois estados, em português, é a diferença entre *ser* e *estar* e, para isso, diz-se *fulano está bêbado* e *a mulher é feia*. É, portanto, com esse imaginário que o intérprete deve jogar.

Pode-se dizer, pois, que o ouvinte/leitor produz uma inferência a partir do conhecimento específico que ele detém a respeito de *bebedeira* e *feiúra* - e tais concepções estão inscritas no seu sistema de referência.

É uma inferência tirada a partir de *Eg* que vai proporcionar todo o efeito humorístico do texto. Quando a mulher chama o homem de *bêbado*, tem-se a impressão de que ela ganhou a batalha verbal. Mas ele lhe dá uma resposta inesperada por duas razões: a) ao invés de continuar falando mal dela, fala "bem" de si (pelo menos, em relação ao dia seguinte); b) ao invés de falar explicitamente, convida a mulher (e qualquer leitor desta piada) a descobrir o que ele não diz mas quer significar: que ela vai continuar feia. É ao descobrir isto que se ri. E é por isso que há uma inferência.

(XVIII)

$E_1(F)$: Sabe o que há de comum entre a cerveja e a sogra?

$E_2(O)$: Não!

$E_3(F)$: Todo mundo gosta de ver as duas *geradinda* em cima da mesa.

Num sistema cultural como o nosso, a cerveja é tomada como sinônimo de prazer, principalmente se gelada, enquanto que *sogra* é sempre relacionada a situações de desprazer.

Nenhum dicionário estabelece traços comuns entre a cerveja e a sogra. Neste caso, portanto, há que se postular uma competência (extralexical) para interpretar o termo *sogra*, para que se entenda a piada.

Em outras palavras, para se chegar ao efeito humorístico desse texto, deve haver uma inserção co-textual de cada uma das expressões para que o ouvinte/leitor tome uma decisão interpretativa, uma vez que um falante nativo tem condições de inferir, de uma expressão isolada, seu provável contexto linguístico e suas prováveis circunstâncias de enunciação.

O ouvinte/leitor deve, pois, acionar sua competência enciclopédica - que é aquela baseada em dados culturalmente aceitos. Usualmente, cerveja está relacionada a situações de prazer (festas, bate-papo entre amigos, etc) enquanto que sogra liga-se a situações de desprazer (intromissão na vida do casal, interferência na criação dos netos, etc.)

Prazer e desprazer são, portanto, as circunstâncias das quais os lexemas *cerveja* e *sogra*, respectivamente, podem ser produzidos. Logo, *cerveja* e *sogra*, embora carreguem marcas denotativas constantes (nos limites restritos do dicionário), permitem, em função do sistema de referência acionado, uma série de conotações que variam em função da seleção contextual.

Assim,

"Droga! Essa cerveja tá quente.",

denota desprazer em função da cerveja quente. Na tira abaixo,



ocorre o mesmo. Pela expressão de Hagar, pode-se notar o imenso desprazer que lhe traz a sogra.

Em suma, o que se pretende mostrar é que o termo *cerveja* apresenta, num dado sistema de referência, sempre uma conotação positiva, enquanto *sogra*, no interior desse mesmo sistema, tem sempre uma conotação negativa.

O ouvinte/leitor desse texto, tem que buscar traços comuns entre *cerveja* e *sogra*. Para responder, deve encontrar um contexto em que *cerveja* e *sogra* conotem ambas positiva ou ambas negativamente. A conclusão que o texto lhe apresenta é a de que *cerveja* e *sogra* só têm semelhanças quando ambas estão geladas. Usualmente, *gelado* é propriedade positiva para *cerveja*, enquanto que, para *humano*, seria propriedade negativa, uma vez que é sinônimo de *morto*. Porém, como *sogra* relaciona-se a situações de desprazer (quando viva), ela só vai dar prazer quando estiver *morta*, isto é, *gelada*. Portanto, a *cerveja* dá prazer quando está gelada, assim como a *sogra*, quando está morta.

Estas inferências produzidas constituem matéria de interpretação textual e não são diretamente impostas pelo código. *Cerveja* e *sogra* só são sinônimos de *prazer* depois de obtida uma circunstância em que as duas se assemelhem. Nada de novo ocorre em relação à *cerveja*, mas há um traço novo em relação à *sogra*.

O efeito humorístico, portanto, vai se dar em função de o ouvinte/leitor acionar os frames *cerveja* e *sogra*, e, a partir disso, ter-se-á uma inferência - sem a qual o efeito humorístico não se dá.

(XIX)

E₁(C): Roberto, os militares se sublevaram; tomaram o poder; ameaçam uma guerra civil.

E₂(R): Ah, meu Deus! De novo?! Mas por quê!

E₃(C): O *Mendes* ameaçou assistir à final da Copa.

Um brasileiro, ao ouvir essa *história*, não entenderia, provavelmente, de que se trata. Qual seria o problema de o presidente da República Argentina querer ir assistir à final da Copa, uma vez que a seleção do seu país é uma das equipes finalistas?

Falta a esse brasileiro, a atualização do contexto.

Ao contrário, em geral, um argentino, em dia com os fatos que ocorrem em seu país, captaria facilmente o efeito humorístico de tal texto – já que disporia de uma série de informações que circulam na Argentina.

Por exemplo, na Argentina é corrente o conceito de que o presidente da República, Menem, é um *Azarão*. Sua alcunha é *EL MUFA*. Em função disso, já se poderia começar a inferir que, pelo fato de o presidente ser *pé-frio*, a sua presença poderia provocar a derrota da seleção – o, conseqüentemente, a perda do título mundial de futebol.

Entretanto, há um outro elemento bastante significativo que funcionaria como uma segunda razão para reforçar a pecha de Menem. Em E₃, há a ocorrência de *Mendes*. Poder-se-ia pensar, caso não se tenha um tipo de conhecimento extralinguístico específico, que houve um engano na pronúncia do nome do presidente. Porém, os argentinos, para afastarem o azar que presidente traria, evitam chamá-lo pelo nome e criaram apelidos; por exemplo, *Mendes*.

Há, ainda, um fato que marcou muito o início da Copa de '90 e que confirmou, para os argentinos, o azar emanado pela figura

presidencial: no único jogo a que Menem assistiu, na Itália, a seleção argentina foi derrotada.

Fornecido o conhecimento enciclopédico necessário, o efeito humorístico é alcançado.

Um fato que pode corroborar a hipótese feita, encontra-se na seguinte piada - também corrente na Argentina:

O presidente da Argentina quis ir se despedir da seleção nas vésperas do embarque para a Itália. Os jogadores ficaram temerosos de que o azar pudesse acompanhá-los à Copa. O técnico, Billardo, acalmou-os dizendo que o presidente iria apenas cumprimentá-los com um aperto de mão e desejar-lhes "Boa sorte". Não haveria motivo para pânico, uma vez que o instrumento de trabalho deles era o pé. Mais tranquilos, esperaram pela visita. O presidente Menem chegou e cumprimentou, um a um, com um forte aperto de mão. Mas, quando chegou goleiro, Pumpido, este recusou-se em dar-lhe a mão, alegando que aquele era seu instrumento de trabalho. Menem respeitou a opinião do goleiro, mas, para não passar em branco, deu-lhe dois tapinhas na perna."

Novamente, só se apreende o efeito humorístico desse texto quem acompanhou os jogos da Copa de 1990, na Itália, e pôde ver que Pumpido fraturou a perna no segundo jogo. Mais uma vez o conhecimento extralinguístico é a chave para se chegar à interpretação de um texto desse tipo.

(XX) Um dia, após o golpe de '64, Benedito Valadares e José M. Alkimim se encontram no aeroporto de Belo Horizonte.

E₁(B): Alkimim, para onde você vai?

E₂(A): Para Brasília.

E₃(B): Para Brasília, ah, sim, para Brasília.

Alkimim sai e Benedito comenta a um amigo que o acompanha:

E₄(B): O Alkimim está dizendo que ele vai para Brasília para eu pensar que ele vai para o Rio. Mas ele vai é para Brasília mesmo.

A primeira vista parece não haver elemento algum que autorize (B) a construir a inferência que construiu, em E₃, a partir de E₂. Neste caso, parece que pode haver uma solução para se chegar ao efeito humorístico deste chiste. Imagine-se que a imagem que (B) tem de si e do outro possa ser assim explicada:

BENEDITO segundo BENEDITO: raposa mineira, político matreiro, adepto da política de bastidor.

ALKIMIM segundo BENEDITO : raposa mineira, político matreiro, adepto da política de bastidor.

Para se entender o porquê dessas imagens, o ouvinte/leitor deve ter um conhecimento prévio de quem foram essas figuras políticas e qual a atuação delas. Ou seja, deve saber que Benedito teve grande destaque na época do getulismo e que Alkimim teve seu apogeu durante o governo JK. São, portanto, pessoas de astúcia política, que tiveram seu esplendor político em épocas diferentes. Além disso, pertencem à tradição que se formou em torno dos políticos mineiros, segundo a qual, todo mineiro é matreiro.

O efeito humorístico produzido por esse texto reside justamente na inferência produzida por (B) para evidenciar, não um adesismo ao Golpe, mas sim procurar mostrar quem é mais matreiro.

Em outras palavras, a partir da imagem do que sejam os políticos mineiros - e (B) é um deles -, Benedito infere que Alkimim queria enganá-lo. O que parece ter proporcionado a produção da inferência foi a projeção que (B) fez de sua própria imagem. Ou seja,

(B) tomou como referência sua própria imagem (auto-imagem) de político mineiro (a de que ele também enganaria alguém).

Pode ser que o ouvinte/leitor desse chiste não capte uma possível intenção de (A), em Eg. No entanto, o que está em jogo é o fato de um querer desbaratar o outro: um não quer⁸ que o outro saiba o que está fazendo.

Sabe-se que veicular intenções é algo problemático. Por outro lado, sabe-se, também, que atribuir intenção à fala de alguém é bastante normal. Assim, parece ser claro que (B) atribuiu uma intenção à fala de (A) e produziu uma inferência do tipo "Ele está querendo mostrar que é mais astuto do que eu, mas ele não me pega". Em outras palavras, tem-se um caso em que uma *mentira* é atribuída à fala de alguém.

Para finalizar a análise dos textos fechados, observe-se as tiras de *HAGAR, O HORRÍVEL*.

(XXI)



(XXII)





Nessas tiras, encontram-se espaços em branco que devem ser preenchidos pelo leitor para que se dê o efeito humorístico. Quem acompanha as aventuras de Hagar, deve saber o porquê de seu nome vir acompanhado do aposto *O HORRÍVEL*. O conhecimento a ser acionado deve ser aquele relacionado diretamente à relação entre Hagar e Helga, sua esposa, que é, muitas vezes, conflituosa: ela está sempre querendo pôr ordem na casa, mas Hagar não coopera; ela acaba de limpar o chão, ele chega das batalhas com as botas sujas de barro, e coisas do gênero. E as *indiretas* sempre surgem nas suas conversas.

Na primeira tira, ocorre o fato de Hagar haver elegido referentes distintos daqueles selecionados por Helga. Isto é, o nada utilizado por Hagar refere-se diretamente aos objetos que a esposa poderia ou não jogar fora, enquanto que os referentes de *nada*, para Helga, incluem o próprio Hagar.

Em (XXI) pode-se perceber que Helga está colocando em dúvida a *utilidade* do marido. O que ela faz é inseri-lo na mesma categoria que dos objetos da casa dos quais ela pode se desfazer e *implicitando* que ele é também um *inútil* (e também um *objeto*, ou equivalente).

Hagar vale-se de uma certa ironia ao dizer "... não importa quão inútil seja", que é devolvida por Helga. Esse efeito irônico mostra, claramente, que Helga está, na verdade, querendo levar Hagar a entender que "Não importa quão inútil você seja e eu ainda não o joguei fora". E Hagar capta essa intenção e produz essa inferência (o que fica comprovado pela sua fisionomia, no terceiro balão).

Em (XXII), pode-se inferir, de E_1 e E_2 - tomados conjuntamente -, uma conclusão r , do tipo "Você não sorri mais". No entanto, quando Hagar brada que não vai fazer a barba, nota-se que a intenção de Helga era outra - ou, pelo menos, que Hagar pensou isso. Ou seja, no primeiro e segundo quadrinhos, Helga vale-se de dois detalhes faciais que a barba de Hagar encobre. Ao explicitar tais detalhes - dos quais ela gostava no passado e, hoje, com a barba que os esconde, ela não pode mais ver -, Helga, nas entrelinhas, quer dar a entender que ele deve cortar a barba. Em outras palavras, ela faz referência ao rosto, dando a entender que ele deve cortar a barba.

Hagar, conhecendo as estratégias usadas pela esposa quando esta quer lhe pedir algo, acaba explicitando a intenção de Helga através da inferência evidenciada no terceiro quadrinho.

Já na última tira, Hagar pode estar fazendo uma crítica sutil a Helga: "Este copo está sujo". Há uma expressão de indeterminação na fala de Hagar - *um conhecedor* - pela qual se pode, num primeiro momento, chegar à conclusão de que Hagar está atribuindo a si a propriedade de ser conhecedor de vinhos. Mas, conhecendo a relação doméstica de ambos, pode-se afirmar que Hagar quer dar mais ênfase ao termo copo sujo, isto é, prefere criticar Helga a elogiar-se. Em resumo, a fala de Hagar significa: "o copo está sujo".

Helga, por sua vez, dado o conhecimento que tem do marido, infere que Hagar está pondo em relevo o fato de o copo estar sujo e procura inverter a situação. Ou seja, tentando se defender da crítica que ela julga estar sendo feita a ela, nega a Hagar a descrição *um conhecedor*. Em resumo, a fala de Helga significa: "você não é um conhecedor".

Hagar, inferindo a intenção de Helga, escapa à acusação estabelecendo uma oposição entre ele e *um conhecedor*. Em outras palavras, a crítica tecida implicitamente por Hagar, no primeiro barrão, parece permanecer no terceiro: ele concorda com a esposa quanto ao fato de ele não ser *um conhecedor* e, portanto beber vinho em

qualquer recipiente; por outro lado, mantém a crítica de que o copo está sujo - pois, se ele fosse *um conhecedor* não beberia vinho naquele copo sujo.

É neste fato que reside o efeito humorístico dessa tira. O fato de Helga haver tomado *copo sujo* como o termo relevante na afirmação de Hagar, que implicitamente, signifique que ela produziu uma inferência do tipo "Ele está dizendo que o copo está sujo".

Pode-se, portanto, concluir que os textos fechados assemelham-se muito aos textos abertos no que diz respeito aos mecanismos envolvidos na produção de uma inferência. Isso ocorre dado que o sentido explícito (aquele cuja transmissão é apresentada como objeto do discurso) constitui apenas um nível da semântica das línguas naturais, sob o qual se podem dissimular vários estratos de *significações implícitas* (cf. Ducrot, 1984b:394); isto é, a diferença refere-se ao número de inferências que se podem extrair.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

As análises indicam que o processo inferencial (aqui incluída a pressuposição, o subentendido, a implicatura conversacional) não se caracteriza somente enquanto a busca do *speaker's meaning*, como o afirmam os seguidores da visão intencionalista.

Uma tal visão parece privilegiar apenas a coincidência entre *speaker's meaning* e *hearer's meaning*; parece destacar apenas os casos em que as inferências construídas pelo ouvinte são somente aquelas autorizadas pelo falante. Isso, de certa forma, confere ao

locutor um extremo poder de controlar, sempre, a produção do efeito de sentido. Entretanto, pode-se dizer que esse poder dado ao falante não é absoluto e, esses casos, a concepção intencionalista propõe que sejam analisados como malentendidos.

Seguir, portanto, essa perspectiva que privilegia, de algum modo, a intenção, é restringir o papel do ouvinte a mero reconhecer e revelador de intenções e negar que, numa situação discursiva, os pressupostos, as crenças, as representações de mundo e do próprio indivíduo enquanto sujeito, podem não ser coincidentes.

Já afirmei que o discurso é permeado por pressupostos silenciosos que são evocados do exterior; que uma visão sócio-interacionista pressupõe a observação do jogo dialógico, da elaboração e construção do conjunto de significação, da capacidade de os interlocutores assumirem pontos de vista diversos, da possibilidade de partilha e negociação de pressupostos.

Assim sendo, as considerações a que cheguei não se atêm somente em verificar a inferência como um processo restrito à captação de intenção, mas sim de evidenciar que a inferência caracteriza o trabalho interpretativo do ouvinte e que nele estão envolvidas, primordialmente, as intenções inferidas, mais do que aquelas realmente pretendidas. E isso depende da verificação de quais os mecanismos que estão envolvidos na produção de uma dada inferência.

Quando, no esboço que precede as análises, juntei teorias que, à primeira vista, poderiam parecer incompatíveis (teoria semântica, pragmática, da análise do discurso), não o fiz de forma arbitrária. A necessidade de buscar possibilidades alternativas de análise, uma vez que não foi possível, através de uma única teoria, explicar determinadas ocorrências do processo inferencial, foi o motivo principal.

A inferência é busca de apreensão de sentido e, como tal, depende igualmente do trabalho interpretativo do ouvinte. Entretanto, *sentido*, aqui, não é tomado na acepção semântica do termo. É,

fundamentalmente, buscar um - dentre vários - efeito de sentido.

E nessa busca podem ser acionados mecanismos linguísticos - semânticos, sintáticos, fonológicos - e/ou mecanismos extralinguísticos - envolvendo as condições de produção de um discurso: pressupostos, crenças, conjunto de imagens.

A diferença entre textos abertos e fechados mostra que, nos segundos, a controle sobre o efeito de sentido a ser produzido é fortemente marcado. Não há como aplicar interpretações candidatas. O efeito de sentido é obrigatoriamente determinado pelo texto e há, sempre, a coincidência entre *speaker's meaning* e *hearer's meaning*. A não ser que não haja compreensão de forma alguma.

Já nos textos abertos não há como obrigar uma tal coincidência, visto que pode haver uma série de interpretações candidatas que um discurso pode fornecer. São as condições específicas de uma dada enunciação que vão determinar se uma inferência é ou não autorizada - tanto do ponto de vista do falante quanto do do ouvinte. Isto é, nem sempre o locutor terá poder de controle sobre o efeito de sentido que quis produzir, uma vez que a sua intenção em dizer o que disse será sempre algo inferido e, portanto, passível de ser atribuído e não somente reconhecido.

E, portanto, os processos inferenciais podem alterar as condições de produção de um discurso e a inferência não autorizada, em princípio, pelo falante, pode ser aceita pelo mesmo, mudando a direção discursiva, isto é, pode não ser considerada uma interpretação inadequada - i.é, um malentendido.

PARTE III

Conclusão

CAPÍTULO 11

Notas sobre a questão da inferência

Dado o objetivo desse trabalho, as análises concentraram-se em explicitar a presença do processo inferencial no cotidiano, apreendendo alguns processos de linguagem pelos quais se dão as relações interpessoais.

Tais processos caracterizam-se por diferentes fatos de linguagem que, acredito, necessitariam de análises mais substanciais. Entretanto, elas não teriam lugar nesse estudo, uma vez que o que se privilegiou, sobretudo, foi uma reflexão acerca dos mecanismos que levam alguém a produzir inferências.

Assumi, desde o início do trabalho, que a língua não é um código. Antes, ela dispensa os acordos fixos e aposta no jogo da construção da significação. Ela é, portanto, sintática e semanticamente indeterminada. Assumi também que o discurso é *interação*: uma relação intrincada, que leva em conta o conhecimento mútuo acerca dos pressupostos partilhados pelos interlocutores, bem como as sucessivas e recíprocas adaptações do conjunto de imagens, que emerge a cada enunciação. Consequentemente, aceito o fato de que um enun-

ciado nunca será o mesmo, dado que, a cada enunciação, as circunstâncias serão diversas, os efeitos de sentido serão diferentes.

Para se interpretar o que alguém fala, não se pode simplesmente assumir o ponto de vista do locutor e procurar *explicitar* aquilo que ele tencionava dizer - isto é, a forma como ele quis ser entendido -, uma vez que ele pode ter significado para o ouvinte algo diferente do que realmente tentou veicular. O ouvinte tem, portanto, a possibilidade de *construir* uma interpretação diversa daquela pretendida pelo falante.

Nessa perspectiva, a inferência vem a se constituir num dos principais processos de *entendimento*, de *interação*, já que é *evidente o árduo trabalho de construção para se chegar a uma interpretação - intentada ou não pelo locutor*.

Bascaj e Françoso (1986:15) admitem para a linguagem, além de sua função comunicativa, um outro tipo básico de uso: o mental (embora os próprios autores caracterizem o termo como bastante vago). Ou seja, sinais linguísticos e não-linguísticos têm papel fundamental nos processos mentais, particularmente num nível mais elevado do processo cognitivo ou de estados *reasoning, problem-solving, believing*.

Dado, portanto, que a inferência é uma espécie de resolução de problema (*problem-solving*), ela pode ser produzida com base nos sinais linguísticos e não-linguísticos e sua emergência é decorrente de um trabalho de construção que envolve, também, processos mentais.

É preciso ressaltar, entretanto que o trabalho de construção do locutor e do interlocutor são distintos. Enquanto o primeiro fornece as pistas, o segundo *recolhe* essas pistas e adiciona outras, a fim de construir uma interpretação para a fala do locutor. É nesse processo de construção que surge a possibilidade de o locutor ter a sua intenção reconhecida ou construída pelo interlocutor, já que, assim como a interpretação, a intenção é também inferida - e,

nesse caso, pode ou não coincidir com intenção real do falante. É justamente aí que surge a diferença entre o *speaker's-meaning* e o *hearer's-meaning*.

Quando se tem o *speaker's-meaning* coincidindo com o *hearer's-meaning*, o ouvinte chega à interpretação pretendida pelo falante; mas o que me interessa é quando esses dois efeitos de sentido não são coincidentes. É aqui cabe a pergunta: com base em que o ouvinte atribui uma intenção à fala de alguém?

Ora, o ouvinte só se utiliza de pistas - sejam elas linguísticas e/ou extralinguísticas -, e não de uma indicação explícita. Daí possivelmente inferir algo diferente da intenção de alguém em dizer o que disse.

No discurso, o que é dito de maneira explícita (aberta, pública), é determinado pela estrutura das frases, enquanto o que não o é provém de manobras que o próprio discurso possibilita. Isto é, o que vem expresso implicitamente se explicaria pela intervenção de mecanismos interpretativos muito particulares a cada enunciação - através de *leis do discurso*, por intermédio das quais se instauram relações de natureza muito específicas, que envolvem raciocínios, intenções, reações dos interlocutores.

Inferir é mais do que detectar os mecanismos semânticos que estão em jogo na significação de uma frase. Poder inferir é, também, poder significar algo diferente daquilo pretendido pelo falante; é poder tirar o controle, que o falante julga ter, sobre o efeito de sentido. Assim, considerado também o *hearer's meaning*, o *poder* do falante se dilui na conversação.

A maioria dos estudos relativos à inferência, tratam-na como um fenômeno cuja função é reconhecer a intenção do falante para se ter um ato efetivamente comunicativo. Mas será que para ser comunicativo, o ouvinte tem sempre que reconhecer essa intenção?

Apreender a intenção de alguém é *entender*; entretanto, *entender* não precisa ser *necessariamente* captar essa intenção. Em ou-

tras palavras, o falante não detém poder absoluto sobre o modo de pensar de alguém, nem sobre as circunstâncias de sua enunciação, nem sobre os efeitos de sentido que podem emergir.

Ao atribuir uma intenção à fala de alguém, o ouvinte está levando em conta uma série de fatores externos e internos, que o motivam a construir uma dada interpretação. É o que acontece no exemplo do garoto adotivo (p. 1). Se ele disse o que disse em E₃, é porque algo, externo à fala de (I), motivou-o. Isso não significa dizer que (M) não foi comunicativo.

Pode-se, com isso, objetar que estou apenas tomando os fatos da linguagem isoladamente e, conseqüentemente, caracterizando-os como constatações locais de como diferentes sujeitos lidam com a construção de interpretação em diversas relações interpessoais. Ou mesmo que estou atendo-me a uma sociologia de circunstâncias que não consegue ultrapassar o individual, o particular.

O contrário disso se evidencia nas análises, uma vez que esses fatos, se tomados isoladamente, nada significariam em si mesmos. Eles fazem referência a como os sujeitos interagem e a relação destes com a linguagem. Tomados em conjunto, esses procedimentos permitem visualizar, através do discurso cotidiano, a relação que os sujeitos estabelecem com os processos inferenciais (subentendido, pressuposição, implicatura, implicação). Nelas foi possível depreender a ocorrência de procedimentos linguísticos e não-linguísticos envolvidos na produção das inferências, sem o privilégio de nenhum deles.

Acredito que a contribuição teórica deste trabalho foi discutir a problemática da construção da significação. Trazendo a noção de que interpretar um conteúdo inferido é mais do que determinar o *speaker's meaning*, procurei mostrar as várias possibilidades de produção de uma inferência, através de procedimentos distintos de construção. Pela noção de inferência que proponho, não há como deixar ao largo da linguagem, o histórico, o social e o psicológico. E

e essa dimensão tornada constitutiva, orgânica e não apenas correlativa, exterior às relações interpessoais, que se mostra imprescindível.

Através das análises pôde-se verificar que a elaboração das imagens, os acordos tácitos, e os papéis ocupados pelos protagonistas são relevantes para a produção de certas inferências.

Dos dados analisados, nenhum apresentou o material linguístico como único fator para a emergência de uma inferência. Por outro lado, o material linguístico aparece sempre como ponto de partida; é, pois, natural, que o ouvinte se valha dele, num primeiro momento, para dar início ao seu trabalho interpretativo, mas auxiliado, também, pelas pistas extralinguísticas.

A especificidade da relação interpessoal é que vai direcionar toda a conversação. Isto é, os acordos tácitos, os papéis sociais - mais ou menos institucionalizados -, o acerto recíproco e constante do conjunto de imagens é que determinarão a direção discursiva da conversação.

Inferir, portanto, não é somente preencher lacunas - deixadas pelo falante - da forma que o locutor espera que sejam completadas. Inferir é uma busca de continuidade de sentido; é deixar que o ouvinte construa uma interpretação com a finalidade de se ter um efeito de sentido. Levar alguém a inferir algo é poder eximir-se da responsabilidade do dizer. É propor que se capte uma intenção, mas também jogar com a possibilidade que o outro atribua uma intenção diversa daquela que se pretendeu veicular.

Há textos nos quais o material linguístico, as circunstâncias de enunciação, os acordos, as imagens, contribuem, conjuntamente, para a construção da significação. São textos mais abertos, e permitem que haja mais de uma interpretação. Há outros, no entanto, para os quais há obrigatoriedade de uma única interpretação; entretanto, isso não significa que tudo neles esteja dito; a interpretação não se dá sem a colaboração de certos conhecimentos específicos

(caso da cerveja sogra ou de Hagar Helga).

Pode-se perceber que os procedimentos que estão envolvidos no processo inferencial mantêm relação estreita com a tensão das relações pessoais. Entenda-se por *tensão* não uma relação conflituosa, mas uma relação na qual estão em jogo as crenças, os pontos de vista dos protagonistas - que tentam *impor* uma interpretação ao ouvinte, influenciar suas atitudes e crenças num processo pelo qual se constituem como sujeitos.

Observem-se os dados que envolvem uma figura pública (Fleury, Roberto C. Alves, Raquel Rolnik). Neles há uma marca efetiva e evidente dos papéis sociais que eles ocupam - dentro do quadro institucional da política, da vida pública. Já nos casos em que há uma relação socialmente marcada, porém com um menor grau de institucionalização, a posição social não se apresenta tão fortemente acen-tuada. Isso se deve ao fato, talvez, de haver também uma intimidade, uma cumplicidade, por parte dos protagonistas.

Em nosso uso comum da linguagem, regras e convenções, geralmente pressupostas, são obedecidas. Mas pode-se dizer que essa obediência se caracteriza por uma vaguidade e, muitas vezes, por uma facilidade de transgressão. Mas nem por isso, a comunicação deixa de ser possível.

Se se pensa que as regras devem ser obedecidas incondicionalmente e que a interpretação está relacionada ao chegar à interpretação pretendida por alguém, estar-se-ia propondo um concepção *ideal* de linguagem, segundo a qual os falantes têm pleno controle sobre as regras e convenções sintáticas, semânticas e pragmáticas, sobre as crenças, os pressupostos, o conjunto de imagens uns dos outros; segundo a qual o significado das palavras e expressões e as regras de uso são transparentes; segundo a qual se supõe que a intenção do falante deve ser sempre reconhecida para que o ato seja comunicativo - e quando isso não ocorresse, ter-se-ia um malentendi-do.

Ora, nem todos os erros nos usos linguísticos, nas regras e circunstâncias que dizem respeito à situação de fala causam falhas na comunicação. Elementos contextuais e pressupostos podem fornecer ao ouvinte meios de interpretar o que não é dito explicita, direta ou intencionalmente pelo falante e, muitas vezes, as intenções e objetivos dos interlocutores são diferentes, opostas ou contraditórias. É justamente a não-coincidência ou ausência de uma identidade absoluta nas crenças, imagens, nos pressupostos que torna possível a emergência de um conteúdo interpretativo diverso daquele pretendido.

Woodfield (1986:65) afirma que um falante pode atribuir um certo conteúdo ao estado cognitivo do sujeito e que o ato de fala assim produzido é uma *atribuição de conteúdos*. E acrescenta que existe uma diferença entre a atribuição de um conteúdo e o próprio conteúdo intencional. A primeira é uma atividade comunicativa interpessoal, enquanto a segunda é uma característica do estado cognitivo existente na mente de um sujeito.

Portanto, diz Woodfield, "nossa tarefa como atribuidores de [conteúdos] é selecionar a sentença cujo papel semântico esteja o mais próximo do papel cognitivo do pensamento" (1986:70). Da mesma forma, "a prática da atribuição de conteúdo desenvolveu-se (...) porque as pessoas precisam perguntar: podemos levar essa pessoa a sério? Podemos enquadrá-la naquilo que, para nós, faz sentido?" (1986:71).

Em outras palavras, os dados mostram que o processo inferencial depende intimamente da percepção ou interpretação que o ouvinte dá à fala do locutor - levando em conta que essa percepção ou interpretação dependem também do ponto de vista do ouvinte - e da exigência conversacional que essa estabelece.

No interior dessa perspectiva, o entender ultrapassa, de longe, o restrito procedimento de preencher lacunas e o cálculo dedutivo mecânico. Ou seja, além dos fenômenos articulatórios e de "expressão e compreensão" de palavras e frases, uma construção dia-

lógica e contextualizada da linguagem envolve a utilização de recursos alternativos de natureza sintática, os processos intermediários epilinguísticos dessa reconstrução, os esquemas semânticos complexos nela envolvidos e, mais ainda, os problemas de integração do sujeito nas condições de produção do discurso. Isso significa o agenciamento de inúmeros fatores que interferem na construção da significação, não *estritamente linguísticos*: as condições da situação imediata, a imagem recíproca dos interlocutores, o conhecimento partilhado ou não, a negociação e ajustes na interlocução, discursos anteriores, pressuposições, implícitos inferências, etc.

A inferência, acredito, não se baseia apenas no discurso manifesto de produtores socializados ou individualizados. Ela é um fenômeno que se baseia, também, no discurso latente de cada produtor. Se tal fato se verifica, pode-se denominar a inferência, em certos casos, de *insight*. Ou seja, há casos em que a inferência parece ser a compreensão súbita de um determinado fenômeno, num determinado momento.

Bibliografia de referência

- ALSTON, W.P. (1977) -- *Filosofia da linguagem*, Rio de Janeiro, Zahar.
- BENVENISTE, E. (1974) -- "O aparelho formal da enunciação", em *Problemas de Linguística Geral II*, Campinas, Editora Pontes, pp.81-90.
- CLARK, Herbert H. (1978) -- "Inferring what is meant", em *Studies in the perspectives of language*, Chichester, John Wiley and sons.
- COPI, Irwing M. (1953) -- "Usos da linguagem", em *Introdução à lógica*, São Paulo, Mestre Jou.
- DASCAL, Marcelo (1985a) -- "Language use in jokes and dreams: sociopragmatics vs psychopragmatics, cópia xerografada.
- DASCAL, M. & WEIZMAN, (1985b) -- "Contextual exploitation of interpretation clues in text understanding: an integrated model, cópia xerografada.
- DASCAL, M. & BEREINSTEIN, (1986a) -- "Two modes of understanding: comprehending and grasping, cópia xerografada.
- DASCAL, M. (1986b) -- "A relevância do mal-entendido", em *CADERNOS de Estudos Linguísticos*, vol.11, São Paulo, IEL - UNICAMP.
- DASCAL, m. & FRANÇOZO, E. (1987) -- "The pragmatic turn in psycholinguistics: problems and perspectives", cópia xerografada.

- DUCROT, O. (1972) -- *Princípios de semântica linguística*, São Paulo, Cultrix.
- (1984a) -- *O dizer e o dito*, São Paulo, Pontes.
- (1984b) -- "Enunciação", em *Linguagem-Enunciação*, vol.2, Lisboa, Einaud.
- DUCROT, O. (1988) -- "Argumentación y topoi argumentativo", em *Lenguaje en contexto*, vol.1, n 1, pp.63-84, Buenos Aires.
- ECO, Umberto (1986) -- *Lector in fábula*, São Paulo, Perspectiva.
- GOFFMAN, Erwing (1959) -- *A representação do eu na vida cotidiana*, Rio de Janeiro, Vozes.
- GRICE, H. P. (1967) -- "Lógica e conversação", em *Fundamentos metodológicos da Linguística*, vol.4, edição própria, Campinas, (1982).
- KERBRAT-DRECCHIONI, C. (1986) -- *L'Implicite*, Paris, Armand Colin.
- KEMPSON, Ruth.M. (1985) -- *Presupposition and delimitation of semantics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LEVINSON, Stephen C. (1983) -- *Pragmatics*, Cambridge, Cambridge Press.
- OSAKABE, H. (1979) -- *Argumentação e discurso político*, São Paulo, Kairós.
- PÊCHEUX, M. (1969) -- "Análise Automática do Discurso", em *Por uma análise Automática do Discurso - Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, São Paulo, Editora da Unicamp.
- SALMON, Wesley C. (1963) -- *Lógica*, Rio de Janeiro, Zahar.
- SPERBER, D. & WILSON, D. (1986) -- "Inference", em *Relevance: communication and cognition*, cópia xerografada.
- VIGNAUX, Georges (1976) -- *L'Argumentation*, Geneva, Switzerland.
- WOODFIELD, A. (1986) -- "Comunicar acerca do conteúdo de outras mentes", em *Cadernos de Estudos Linguísticos*, vol.11, São Paulo, IEL - UNICAMP, 1986.

Bibliografia Consultada

- CERVONI, J. (1989) -- *A enunciação*, São Paulo, Atica.
- COLLINS, A. et alii -- "Inference in text understanding", cópia xerografada.
- COUDRY, M. I. H. (1988) -- *Diário de Narciso - Discurso e afasia*, São Paulo, Martins Fontes.
- DASCAL, M. (1983) -- "Indirectness", em *Pragmatics and Philosophy of Mind*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- DUCROT, O. (1984) -- "Pressuposição e alusão", em *Linguagem-Enunciação*, vol.2, Lisboa, Einaud.
- (1984) -- "Dizível e indizível", em *Linguagem-Enunciação*, vol.2, Lisboa, Einaud.
- ECO, U. (1973) -- *O signo*, Lisboa, Editorial Presença.
- (1974) -- *As formas do conteúdo*, São Paulo, Editora Perspectiva.
- ELIAS, M. S. -- "Considerações sobre a autorização de inferências na compreensão textual, cópia xerografada.

- FINE, G.A. (1985) — "Rumors and Gossiping", em Handbook of discourse analysis, vol.3, Londres, Academic Press London.
- FRANCHI, C. (1977) — "Linguagem — Atividade constitutiva", em At-manaque, 5, São Paulo, Brasiliense.
- GRICE, P. — "Utterer's meaning, sentence-meaning, and word-meaning", cópia xerografada.
- — "Presupposition and conversational implicature", cópia xerografada.
- — "Leitura e compreensão do texto falado e escrito como ato individual de uma prática social", cópia xerografada.
- MARTIN, R. — "La relation d'inférence", cópia xerografada.
- PARRET, H. (1988) — *Enunciação e pragmática*, Campinas, Editora da Unicamp.
- POCHEUX, M. (1988) — *Semântica e discurso — uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas, Editora da Unicamp.
- POSGENTI, S. (1988) — *Discurso, estilo e objetividade*, São Paulo, Martins Fontes.
- (1988) — "A imposição da leitura pelo texto: casos do humor", em Cadernos de Estudos Linguísticos, vol.15, IEL/UNICAMP.
- RICKHEIT, G. & KOCK, H. (1983) — "Inference processes in text comprehension", em Psycholinguistics Studies in Language Processing, Berlin, De Gruyter.
- & STROHNER (1986) — "Towards a functional approach to text connectedness", em Text Connectedness from Psycholinguistic Point of View, Hamburg, Buske.

SHERZER, J. (1985) — "Puns and jokes", em Handbook of Discourse Analysis, Londres, Academic Press London.